

JULIANE STAMATO TAUBE STAMATO

**A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA NEGLIGÊNCIA:
PAPÉIS ATRIBUÍDOS E RELAÇÕES ESTABELECIDAS**

**FRANCA
2004**

JULIANE STAMATO TAUBE STAMATO

**A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA NEGLIGÊNCIA:
PAPÉIS ATRIBUÍDOS E RELAÇÕES ESTABELECIDAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” campus de Franca, para a obtenção de título de Mestre em Serviço Social
Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade.

**FRANCA
2004**

JULIANE STAMATO TAUBE STAMATO

**A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA NEGLIGÊNCIA:
PAPÉIS ATRIBUÍDOS E RELAÇÕES ESTABELECIDAS**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA- UNESP
COMISSÃO EXAMINADORA

COMISSÃO JULGADORA

PRESIDENTE ORIENTADORA: _____

PRIMEIRO EXAMINADOR: _____

SEGUNDO EXAMINADOR: _____

FRANCA (SP), DE DE
2004.

Dedico esta pesquisa a todas as crianças, em especial às crianças do Berçário Dona Nina pelo carinho e sorriso de todos os dias, pelo exemplo de força e vontade de viver. Sinto-me privilegiada em poder conviver com vocês...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelo incentivo constante e em especial ao Lauro, e aos meus pequenos: Ana Beatriz e Guilherme, pela paciência e compreensão sobre a importância desse estudo em minha vida. Amo muito vocês!

A todos que de alguma maneira contribuíram para a construção desse trabalho. Às mães entrevistadas, pela disponibilidade em compartilhar comigo um pouco de suas histórias.

Aos amigos de Bebedouro integrantes do grupo de estudos sobre violência doméstica, pelas constantes reflexões.

À querida professora Maria Ângela, pela confiança, carinho e ensinamentos .

...Negligência no cuidado de crianças, assim como maus tratos a elas infligidos, e a exploração sexual que dela se faz constituem fenômenos pungentes, que os adultos tendem a ocultar, seja porque eles seriam passíveis de punição criminal, seja porque a descoberta do agressor provocaria o desmoronamento de instituições, cuja gigantesca força deriva, como no caso da família, de seu caráter sagrado.

(Saffioti apud Azevedo & Guerra - introdução do livro- Crianças vitimizadas - a síndrome do pequeno poder)

RESUMO

O objetivo desse estudo foi caracterizar e entender o problema da negligência doméstica contra a criança, tendo como universo da pesquisa a instituição Berçário Dona Nina. Para esse estudo, buscamos compreender as relações familiares, por acreditarmos serem determinantes para a questão da negligência. Para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental e a entrevista semi – estruturada, segundo método de análise de conteúdo. Realizamos o levantamento dos prontuários das crianças atendidas no Berçário do ano de 1999 a 2002 e entrevistamos sete mulheres, mães de crianças em recuperação da saúde no Berçário no ano de 2003. Através da análise dos dados obtidos, sistematizamos categorias de estudo referentes à composição familiar e relação pais e filhos, analisando vínculo afetivo e responsabilidade; condição de vida e trabalho das famílias e a história familiar. Nossas análises apontaram para as dificuldades relacionadas à abordagem da questão da negligência doméstica, que por geralmente ocorrer no âmbito das relações pessoais e familiares, dificulta sua detecção e intervenção. Os dados deste trabalho apontam, que a questão da negligência está intimamente relacionada com as condições estruturais da sociedade e não raras vezes, a família que apresenta comportamento negligente, foi e é também negligenciada pela sua família de origem e pela sociedade.

Palavras-chaves: Família; Violência doméstica; Criança; Negligência

ABSTRACT

The objective of this work was to characterize and understand the problem of the domestic negligence against a child as a whole of the research the institution “Berçário Dona Nina” (Nursery Dona Nina). For this study we tried to understand the kinships, because we believe they are decisive to the question of negligence. For the data gathering we used documentary research and the semi-structured interview according to the content analysis method. We checked the registers of children being cared at “Berçário Dona Nina” from 1999 to 2002 and we interviewed seven women, mothers of children under health recovery at the nursery in 2003. Through the analysis of the obtained data, we systemized categories related to family make-up and parent-children relationship, analysis affectionate relationship and responsibility; condition of life and work of the families and family history. Our analyses pointed out to difficulties related to the approach of the question of domestic negligence and because it occurs in family and people’s relationships, it becomes hard to detect and intervene it. The data of the present work point that the question of negligence is intimately related to the structural conditions of society and not rare, the family presenting negligent behavior was and is also neglected by their origin and by society.

Word-Keys: Family; Domestic violence; Child; Negligence

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO I – FAMÍLIA E INFÂNCIA: TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÕES.....	14
1.1 SOBRE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA.....	14
1.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA.....	18
1.3 O MODELO BRASILEIRO DE INFÂNCIA E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO DESTINADAS A ESSE SEGMENTO.....	27
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS DIFERENTES MODALIDADES DE MANIFESTAÇÃO – DESTACANDO A NEGLIGÊNCIA.....	33
2.1 AS DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	34
2.2 AS MODALIDADES E A EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	39
CAPÍTULO III – A PESQUISA.....	52
3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA: BERÇÁRIO DONA NINA.....	52
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXOS.....	97

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pelo desenvolvimento desse estudo surgiu do trabalho e observações por nós efetuados desde janeiro de 1998, na instituição Berçário Dona Nina. Ao longo desses anos, nossa prática como Assistente Social, tem mostrado como são freqüentes os casos de crianças que chegam ao Berçário, encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde, Conselhos Tutelares, Hospitais e Fóruns de Franca e região, com a saúde debilitada, muitas vezes em situação de risco, vítimas de negligência em seus lares.

O Berçário Dona Nina é o único equipamento destinado ao atendimento de *crianças convalescentes*¹ da cidade de Franca e região. Por este motivo, é referência não só para Franca, mas para muitas das pequenas cidades circunscritas nesta região. As famílias das crianças atendidas no Berçário são comprovadamente de baixa renda e recebem o atendimento de forma inteiramente gratuita.

O Berçário tem capacidade para atender, em regime de abrigo, 30 crianças com idade de zero a três anos e onze meses, as quais apresentam diversificados quadros clínicos

No que diz respeito ao atendimento a crianças vitimizadas, o número de crianças acolhidas no Berçário não representa toda a demanda do município referente a este segmento, podendo ser considerado como uma representação dessa realidade.

Dentro da complexidade de problemas que envolvem as crianças atendidas no Berçário Dona Nina, nos detivemos na busca de melhor compreender as relações familiares e a presença da violência doméstica nestas relações por acreditarmos serem determinantes para a compreensão da questão relativa a negligência.

¹ Em recuperação, restabelecimento da saúde.

Por isso, o presente trabalho vem propor uma discussão do que se entende por família em seus aspectos conceituais, envolvendo suas funções e papéis ideologicamente instituídos, as concepções sobre a infância nos diferentes períodos da história e a presença da violência contra criança e adolescente no espaço doméstico, dando ênfase a uma de suas principais modalidades – a negligência – por tratar -se de um fenômeno ainda pouco estudado embora bastante presente em nossa sociedade.

O fato de quase não existirem publicações nacionais e até mesmo internacionais sobre essa questão contribuiu para nossa persistência em seguir a investigação nessa direção, buscando compreender a negligência e sua ocorrência na família.

A dificuldade em trabalhar este problema é agravado por questões ainda mais complexas como a desigualdade social e a desigualdade de gênero, trazendo à tona questões que implicam em colocar em discussão não só a distribuição de renda nas sociedades capitalistas, mas também a distribuição e acesso a recursos na área social.

Pesquisar acerca da ocorrência da negligência nas famílias atendidas no Berçário foi de grande valor para nos fazer conhecer e compreender as raízes do problema, a constituição das famílias por nós atendidas, seus arranjos, sua concepção acerca de suas responsabilidades, do “cuidar”, e os resultados da pesquisa poderão ser utilizados para um redimensionamento da nossa prática profissional, auxiliando também outros profissionais que trabalham com crianças e suas famílias.

Por tratar – se de uma pesquisa envolvendo relações familiares poderá ser também de relevância para o Serviço Social pois ancora -se no fato da família constituir -se numa área importante da ação deste profissional que se depara freqüentemente em seu cotidiano com situações envolvendo aspectos do problema em questão.

Nosso primeiro recurso metodológico foi a pesquisa bibliográfica, que constitui-se etapa essencial na pesquisa em ciências sociais. Por meio deste procedimento, tivemos

a oportunidade de conhecer a produção teórica sobre o tema em estudo, e assim, reunirmos elementos que nos permitiram explicar o fenômeno da violência doméstica.

Assim, no **primeiro capítulo** iniciamos uma discussão sobre o conceito de infância, visto que a criança nem sempre foi vista como hoje e isto trouxe e ainda traz muitas conseqüências no que se refere ao seu relacionamento familiar e social.

Abordamos ainda, algumas questões relativas ao conceito de família, observando-a como instituição mutável, isto é, instituição que assume configurações diversificadas na história, em distintos grupos sociais e na sociedade como um todo.

No **segundo capítulo** buscamos abordar questões conceituais sobre a violência, a violência domésticas em suas diversas modalidades, dando destaque especial à modalidade *negligência*.

No **terceiro capítulo** descrevemos o percurso metodológico, apresentando nosso universo de pesquisa- o Berçário Dona Nina.

Para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa quanti-qualitativa, optando pela pesquisa documental e entrevista semi-estruturada.

Para a **pesquisa documental** realizamos um levantamento dos casos de negligência, confirmados ou não, atendidos no Berçário Dona Nina do ano de 1999 a 2002. Para esta coleta analisamos: número total de atendidos no ano, problemas de saúde mais observado que levaram à internação na instituição, número de crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Fórum, número de crianças que foram expostas a situações de negligência por seus pais observados durante o período de tratamento no Berçário, podendo ser constante ou não, número de crianças que foram retiradas de suas famílias de origem por determinação da justiça, por motivo de negligência.

Essa **pesquisa quantitativa** nos forneceu dados que possibilitaram o conhecimento e caracterização da instituição no geral, bem como, o levantamento do tipo de atendimento prestado na mesma, e em particular, a incidência dos casos de

negligência - fenômeno em questão. Vale observar que a instituição pesquisada atende a um pequeno número de crianças não representando, portanto, a totalidade dos casos de negligência apresentados no município de Franca.

Para a **pesquisa de campo**, tivemos como sujeitos sete mães de crianças atendidas na instituição no ano da realização da pesquisa. Para a coleta das informações utilizamos como técnica a entrevista semi-estruturada. Essa etapa da pesquisa (**qualitativa**) nos possibilitou uma interação social com o sujeito, privilegiando sua consciência e entendendo a realidade social como construção humana.

Embora nosso estudo tenha apresentado como sujeitos mães pertencentes a parcela da população mais empobrecida, de baixa renda, isto não significa que a negligência ocorra somente em lares pobres, conforme discutiremos posteriormente.

Como **método de análise** dos materiais, utilizamos a análise do conteúdo das falas dos sujeitos da pesquisa.

Como último tópico, elaboramos as considerações finais sobre a pesquisa e as propostas sugeridas pela pesquisadora relacionadas ao debate e as questões que envolvem as relações pais e filhos.

CAPÍTULO I - FAMÍLIA E INFÂNCIA: TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÕES

Pesquisar sobre a violência contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico exige a compreensão de alguns conceitos que são culturalmente ensinados, transmitidos às gerações como se fossem dogmas estáticos, imutáveis, como se fizessem parte da natureza humana, ignorando-se sua trajetória de construção, transformação, negando seu constante movimento.

É o caso dos conceitos de família e de criança.

Entender a família como uma instituição construída historicamente e em constante modificação, bem como compreender as diferentes posições ocupadas pela criança na história da humanidade, são essenciais para nossa discussão sobre a violência doméstica e em especial sobre a negligência.

1.1 SOBRE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Segundo José Filho (1998) estudos sobre a história da família se iniciaram concretamente com Bachofren, estudioso alemão, pioneiro em pesquisas sobre família. Em 1861, Bachofren lançou o primeiro livro sobre o tema família, intitulado “O Direito Materno”.

Em suas pesquisas, elaborou algumas definições sobre as primeiras formas de família, nos revelando um tipo de relação entre o homem e a mulher onde não havia nenhuma restrição sexual. Com a evolução da história, a religiosidade e as concepções de novos valores e necessidades diferentes, a família aos poucos se modificou, resultando-se na **família monogâmica**², que se mostra presente até os dias atuais.

² Grifo nosso

Para este autor, o reflexo religioso foi determinante para a mudança de alguns comportamentos na relação social entre homens e mulheres. A passagem para a monogamia e constituição do direito paterno em substituição ao materno, que até então dominava, incidiu na transgressão de uma lei religiosa estabelecida nas tribos que era o direito de vários homens terem certo domínio sexual sobre uma mulher.

Em 1871, Morgan, outro estudioso, historiador americano, fundador da Antropologia Moderna, tomou como ponto de partida para sua pesquisa sobre família, o sistema de parentesco. Para ele, o convívio e a ajuda mútua são fatores que caracterizam a família desde suas origens, sendo a organização familiar uma forma de sobrevivência.

A família monogâmica moderna teve sua formação no casal, e antes na família grupal e consangüínea, sendo esta, a premissa indispensável para a sua constituição.

As pesquisas históricas mostram que houve uma época primitiva onde era estabelecida a promiscuidade sexual nas tribos e dessa promiscuidade formou-se a primeira forma de família- a consangüínea. O referido autor analisa as diferentes transformações ocorridas na família, considerando as modificações das relações existentes na sociedade.

Na sua concepção, Morgan apud José Filho (1998, p. 24) classifica as famílias como sendo:

- 1- Família Consangüínea – Formada a partir do intercasamento entre irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no interior de seus grupos. Este tipo de família deixou de existir a muitos milênios.
- 2- Família Punaluana - As famílias começam a diferenciar seus filhos uterinos, extinguindo também o matrimônio entre irmãos colaterais.
- 3- Família Sindiásmica - Nesse tipo de organização familiar, era permitido a poligamia e infidelidade para os homens, não sendo permitido o adultério

feminino, porém, o vínculo conjugal se dissolvia com facilidade e os filhos pertenciam à mãe. Com a família Sindiásmica, abriram –se caminhos para riquezas e relações sociais com a domesticação de animais e criação do gado. Surge a idéia de dar o nome a filhos pertencentes a gens materna, tornando-os herdeiros do pai. Com estas transformações, ocorre um decréscimo do direito materno sobre a prole e sobre a casa, e a mulher passa a ser basicamente vista como escrava e reprodutora. Com estas transformações, o homem passa a ter o poder supremo, estabelecendo-se a família patriarcal, onde o pai tinha totais poderes sobre a esposa, filhos e escravos. Essa forma de família foi a passagem do matrimônio sindiásmico para o monogâmico

- 4- Família Monogâmica - Nasceu da sindiásmica, no período de transição da fase média à fase superior da barbárie. Baseia-se no predomínio do poder do homem, e o matrimônio é muito mais forte do que em outras épocas, podendo ser rompido somente por vontade do homem. Ao homem é concedido o direito à infidelidade conjugal, desde que não traga a concubina ao domicílio conjugal, o que caracteriza a superioridade do homem dentro da família, ou seja, a escravização de um sexo sobre o outro. A monogamia nasceu das transformações da família ao longo da história e em nenhum momento foi fruto do amor sexual individual. O que interessava era proteger a propriedade privada, garantindo sua transmissão aos filhos legítimos através da herança e garantir a superioridade do homem dentro da família.

Bruschini, apud Azevedo & Guerra (1997, p. 57) em seu estudo sobre família, cita Engels que na literatura marxista expõe:

[...] o surgimento da família monogâmica se daria quando os homens, acasalados com as mulheres, após a extinção do casamento em grupo, decidem proteger suas propriedades, garantindo sua transmissão através da herança. Para isso, era preciso garantir a paternidade sobre a prole e, conseqüentemente limitar e reprimir o exercício da sexualidade feminina junto ao grupo.

E continua:

o direito materno foi então abolido [...] foi uma das mais profundas revoluções que a humanidade já conheceu. O desmoronamento do direito materno e a passagem para o patriarcado, foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo.

Segundo esta corrente, a família monogâmica/ patriarcal foi uma forma de família que se estruturou a partir de bases econômicas e que surgiu sob a forma de escravização de um sexo sobre outro. Com a monogamia acentuam-se as desigualdades de sexo e também as diferenças de posses das riquezas, emergindo uma série de conflitos e contradições vividas até hoje.

A análise sobre a família também pode ser feita conforme suas funções na sociedade, as quais podem ser de ordem biológica e demográfica, econômica, de seguridade, recreativa, educadora e socializadora. Nestas duas últimas funções podemos destacar a transmissão da ideologia dominante, com a qual ela promove a reprodução social- de manutenção. A ideologia opera na família, começando por apresentar uma noção idealizada da própria família, que é veiculada pelos pais, os quais são os primeiros e principais agentes da educação: ensinam a ver a família como natural e imutável.

Conforme Fausto Neto (1982), é na família que são lançadas as bases para a assimilação do mundo exterior, onde as relações sociais são apreendidas como fenômenos da própria experiência dos indivíduos.

[...] a família como unidade de reprodução ideológica deve produzir uma geração de jovens que tenham internalizado um repertório de atitudes e estruturas perceptivas que lhes permitam atuar, por própria vontade e de forma adequada, dentro das relações burguesas (SECCOMBE APUD FAUSTO NETO, 1982, p. 19).

Fausto Neto nos coloca que para a compreensão da família na sociedade capitalista em especial, é preciso entender as influências sofridas das relações de produção, baseadas na dominação e exploração dos trabalhadores pelos donos dos meios de produção. A família articula-se com a sociedade não apenas em nível cultural, como unidade socializadora e pelo aspecto biológico, mas também em nível produtivo e

reprodutivo no sistema capitalista enquanto unidade de reprodução da força de trabalho e unidade de formação de renda, abrangendo o trabalho assalariado, o trabalho informal e o trabalho doméstico, este último majoritariamente realizado pela mulher e fundamentalmente necessário para a manutenção da força de trabalho que será vendida ao capital.

Para a antropologia, a família é um grupo de procriação e de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho em função da qual determina-se o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. A tendência de separar a vida social, ou esfera pública atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou doméstica, mundo feminino por excelência, parece ser universal, segundo dados fornecidos pela antropologia. Estas funções determinaram em épocas distintas, considerando a cultura dos povos, diferentes modelos e concepções de família.

O desenvolvimento da família dentro de todo esse contexto histórico nos oferece um conjunto de informações sobre o ser humano, seu desenvolvimento, seu comportamento, modo de vida, suas características, constituindo-se em rico subsídio para podermos estudar e explicar muitas formas de comportamentos observadas no mundo atual.

1.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

Diferentes áreas do conhecimento revelaram preocupação com o estudo da infância e suas diferentes concepções, bem como o estudo da família.

O primeiro passo para estudar essa relação deve ser na direção da dissolução de sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável.

Reconstruir a trajetória da infância não é tarefa fácil, pois são muitos os obstáculos para a sua recuperação, mas alguns pesquisadores se propuseram a esse

desafio. Neste trabalho daremos destaque a dois autores: Philippe Ariés e Lloyd de Mause, por divergirem quanto a situação da infância, conforme nos expõe (GUERRA, 2001, p. 53).

Para Mause, considerado um psichistoriador e pesquisador da história da puericultura no Ocidente, desde a Antiguidade, com o passar do tempo houve uma suavização nas relações pais e filhos. Em se tratando de violência doméstica física, houve um decréscimo desta prática a partir do século XVIII, porém surgindo alguns substitutos educativos, tais como encerrar a criança em quartos escuros sem alimento ou a pão e água, durante horas e até dias.

Para este autor, no fundo os pais revivem sua própria infância através dos filhos e em conseqüência, se vêm impulsionados tanto a reproduzi-la fielmente quanto a diminuir seus rigores. As mudanças observadas resultariam desta dialética de reprodução e melhoramento, de uma geração a outra, independentemente de toda a influencia exterior.

O segundo autor ao qual daremos destaque é o francês Philippe Ariés com sua tese de que a sociedade medieval não percebeu a infância. Através da análise da iconografia dos trajes, dos jogos e brincadeiras, da escola e da família, Ariés nos mostra que a criança, a princípio, era conhecida por seu caráter incompleto e somente com o tempo, passaria a ser observada em suas peculiaridades, sem contudo significar que a percepção especial da infância tenha levado à criação de um mundo melhor para as crianças. Em sua obra “História Social da Criança e da Família”, Ariés apresenta uma rica descrição do surgimento do sentimento de infância e da família nuclear burguesa, composta basicamente pelo triângulo pai, mãe e filhos e por uma complexa combinação de autoridade e amor parental.

Conforme observa, na aristocracia dos séculos XVI e XVII não havia separação entre o público e o privado, as famílias viviam nas ruas, nas festas, não se isolavam.

Não havia um sentimento de infância, nem tampouco a família estava organizada da forma como está hoje. A família não tinha as funções afetivas socializadora, mas se constituía visando à transmissão da vida, a conservação dos bens, a prática de um ofício, a ajuda mútua e a proteção da honra e da vida em caso de crise.

A criança era considerada como um adulto em miniatura, que deveria ser treinada para tornar -se um bom cidadão. A infância não tinha nenhuma importância na vida real, era considerada apenas uma fase de transição para a vida adulta.

A criança era cuidada de forma dispersa e difusa pela comunidade em geral, sendo pouco estreitos os vínculos afetivos maternos e/ou paternos. As relações entre pais e filhos não se caracterizavam pela intimidade ou por intensidade emocional. Tudo ocorria no movimento de uma vida coletiva e as famílias conjugais se diluíam nesse meio.

Desde bem pequena a criança era inserida no mundo do trabalho e começava a ter algum valor social quando conseguia produzir. A indiferenciação entre o mundo adulto e o mundo infantil podia ser observada pelos trajes utilizados. Adultos e crianças vestiam -se da mesma maneira e isto pode ser observado nos desenhos e pinturas que retratavam a época.

Eram altas as taxas de natalidade e mortalidade infantis, e perder um filho ou vários era natural e até mesmo esperado.

O infanticídio era uma prática comum, conforme nos aponta Ariés (1978, p. 17), “era praticado em segredo, correntemente, talvez camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las”.

Tal prática era justificada, entre outros motivos, pela necessidade de se esconderem os filhos ilegítimos ou frutos de gravidez indesejada. Apesar de condenado pela Igreja e Estado, o infanticídio foi uma prática tolerada até o final do século XVII,

uma vez que ocorria em segredo. As precárias condições de higiene e sanitárias também contribuíram para a morte maciça de crianças durante todo o período medieval.

Outro dado importante diz respeito às etapas de crescimento e desenvolvimento infantis, estas eram ignoradas, inexistindo registro de nascimento, uma vez que era pouco significativa a idade real para identificar as pessoas.

Até os jogos e brincadeiras e a sexualidade não eram diferenciados. Crianças e adultos participavam juntos das festas e jogos e acreditava-se que a criança fosse alheia à sexualidade, portanto os gestos e alusões feitas pelos adultos não tinham conseqüência sobre ela.

A estrutura da escola era indiferente às idades. Eram agrupadas nas escolas crianças, jovens e adultos.

Com os renascentistas – século XVI – a criança começou a ser vista como especial e com necessidades diferentes dos adultos, porém, as crianças pobres continuaram a fazer parte do mundo do trabalho.

A partir do século XV e XVI a aprendizagem era transmitida de uma geração à outra de forma direta, e as crianças de 7 a 9 anos, de qualquer classe social, eram enviadas a casas alheias a fim de serem educadas. Nessas casas, elas aprendiam e desempenhavam todos os afazeres domésticos.

Somente no século XVII é que se atribuiu à criança uma particularidade, começou-se a dar importância a sua alma e personalidade, uma conseqüência direta da cristianização dos costumes- denominado pelo autor de *paparicação*. À influência dos eclesiásticos, as crianças passaram a ser consideradas “anjos”, testemunhas da inocência batismal.

Essa nova visão traz a necessidade de dar proteção especial às crianças, com o objetivo de protegê-las do mundo “perverso” dos adultos, e isso se daria através da educação moral.

Com essa grande reforma “moral e religiosa” a infância passou a ser concebida como período de inocência, fragilidade e debilidade. A criança deveria ser preservada de toda “sujeira da vida”. Como define o citado autor – começa a surgir o **“sentimento de infância”**³

A escola também sofre transformações e torna -se uma instituição complexa cuja função, além do ensino, era a vigilância e o enquadramento da juventude, separando o mundo da criança do mundo do adulto.

Segundo Badinter (1985, p. 134), o internato de crianças passou a ser aceitável no final do século XVII, havendo diferenciação entre a educação para meninas e meninos e também a educação para burgueses e proletários.

A família e a escola modificaram seu olhar sobre a infância, “arrancaram” a criança da sociedade adulta, da “liberdade” que tinha e a enclausuraram em colégios e lá ela passou a conhecer, principalmente, severos castigos. A atenção aos dizeres bíblicos, propagados pelo cristianismo, fazia da educação disciplinatória e punitiva uma prática aceita. Observava-se que “aquele que poupa a vara, quer mal ao seu filho, mas o que o ama, corrige -o continuamente” (Provérbios 13:24). Ao nível das idéias científicas veiculadas sobre a educação, o espancamento estava presente e era aceito, devendo ser associado à outra punição para atingir o objetivo educacional.

Outros autores reforçam o pensamento de Áriés nesse sentido, dizendo que o conceito de infância veiculou uma idéia de subordinação e dependência. Sobre esse assunto citamos as idéias de Jonh Locke, analisadas por Guerra (2001, p. 58). Para ele a natureza infantil era diferente da do adulto por ser uma natureza menor, inferior. As crianças deviam ser moldadas conforme os desejos dos adultos. Os castigos físicos deviam ser aplicados imediatamente para evitar que as teimosias das crianças

³ GRIFO NOSSO.

progredissem, porém, estes castigos tinham que ser associados a um sentimento de vergonha e culpa. Para Locke, a criança precisava entender que o adulto não é só mais poderoso, mas que está sempre certo.

Este período coincide com a transição do feudalismo para o capitalismo, e a burguesia nascente desejava que seus filhos fossem educados de forma a poderem enfrentar o poder da aristocracia.

A família moderna, nuclear, que conhecemos hoje, composta por pai, mãe e filhos, conseguiu consolidar-se a partir do século XVIII, conforme apontam os estudos históricos, a partir da ascensão da burguesia, quando novos valores de vida privada e afetividade foram surgindo, havendo a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do lar.

A evolução do sentimento de família atingiu durante muito tempo apenas os nobres, burgueses, artesãos e os lavradores ricos, vindo posteriormente, estender-se às outras classes sociais.

A família começa a organizar-se em torno da criança e a erguer um muro entre ela mesma e a sociedade – o muro da vida privada.

Até este período, para muitas mulheres pobres, o filho era um estorvo, uma vez que era obrigada a trabalhar para se sustentar. Por isso, continuavam a entregar seus filhos para amas e na maioria das vezes, não voltavam para pegá-lo e quando essas crianças não morriam, eram abandonadas em asilos.

Conforme Badinter (1985, p. 141), “no último terço do século XVIII, morreram antes de um ano de vida, mais de 90 % das crianças abandonadas no asilo Rouen, 84% em Paris e 50% em Marselha”.

Nesse período, o Estado passou a interferir com maior intensidade e frequência no espaço social, antes entregue à comunidade. Com o auxílio da medicina, a intervenção

abrange também as famílias, na busca da difusão da ideologia dominante, da valorização da infância, para diminuição da mortalidade infantil e moralização.

A mortalidade infantil decorrente do abandono dos pais, passa a ser onerosa para o Estado, pois o valor econômico do ser humano passa a ter grande importância.

Com o surgimento do sistema de produção capitalista, percebe-se uma crescente preocupação com a infância, iniciando um movimento para mudar o conceito de amor materno. À mãe, passa a ser requerido o cuidado com os filhos- amamentação e cuidado até a sua independência. Era preciso preservar os seres humanos que eram a riqueza deste Estado.

Aos poucos o amor materno passa a fazer parte do discurso ideológico da época, sendo inculcado no pensamento da sociedade.

A partir do final do século XVIII, à luz do *Émile* de Rousseau, difundem-se argumentos que convocam as mães para sua atividade “instintiva”. Com a família voltada para a intimidade, a mãe assume uma importância que nunca havia tido, passa a ser o eixo da família, responsável por toda felicidade ou infelicidade de si própria, da família e do filho.

Segundo Freud e Rousseau, a dedicação e o sacrifício caracterizavam a mulher dita “normal”. E impondo à mulher a obrigação de ser mãe, antes de tudo, que engendrará o mito do amor materno espontâneo e intrínseco às mulheres.

Rousseau também define o perfil da mulher ideal, em oposição ao perfil do homem. O homem passa a ser descrito como ativo, forte corajoso e inteligente. Já a mulher, passa a ser vista como um complemento do homem, essencialmente relativa. A maternidade será então um atributo tão essencial ao ser feminino quanto a conjugabilidade. Conforme Rousseau apud Badinter (1985, p. 245), “A mulher deve limitar-se ao governo doméstico, não imiscuir no que ocorre fora, manter-se fechada em casa”

Essa mudança de mentalidade trouxe conseqüências, pois ao mesmo tempo em que muitas mulheres sentiram orgulho e alegria na maternidade, outras, que talvez não sentissem essa vontade, se sentiram culpadas, frustradas e obrigadas a “ser mães”.

A evolução do conceito de infância e de família é também acompanhada pela evolução do conceito de classe.

A família operária manteve por algum tempo a tradição dos laços comunitários, sem isolar-se na intimidade do lar e isso se deveu às próprias condições adversas de vida dessa população. A criação dos filhos mantinha este caráter coletivo. Assim, os núcleos familiares se misturavam e buscava-se na ajuda mútua.

Conforme nos aponta José Filho (1998, p. 35) o primeiro estágio da família proletária/ operária foi caracterizado por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo, os filhos eram criados de uma maneira informal, sem que fossem objeto de especial atenção por parte dos pais. Trata-se da primeira fase da industrialização e mulheres e crianças também trabalhavam e eram longas as jornadas de trabalho.

No segundo estágio, aparecem setores mais qualificados da classe operária e filantropos burgueses preocupados com as condições de vida de seus empregados. Assim, nessa fase, a mulher teve uma redução na jornada de trabalho, passando a ficar mais tempo em casa cuidando dos filhos, garantindo, dessa forma, o trabalho para os homens.

O terceiro estágio ocorreu no século XX com a mudança da família operária para os subúrbios, ocasionando um isolamento da mulher no lar e conseqüente rompimento dos vínculos com a comunidade. O homem passa a valorizar a domesticidade e a privacidade. A mulher passa a ser incentivada no papel de mãe, abrangendo o sentido de educação dos filhos e de esteio para que o marido possa enfrentar seu trabalho fora de casa. A mulher também deveria educar-se para desempenhar melhor suas novas funções.

Os papéis sexuais nas camadas populacionais excluídas exibiam múltiplas faces. Homens e mulheres haveriam de se adequar às normas disciplinares do espaço e do tempo do trabalho, transpondo-os para os outros níveis de suas vidas.

A mulher era peça importante nesse sistema pois contribuía com o trabalho doméstico não remunerado, sendo à base de sustentação para o trabalho masculino e para a família. A família era o espaço do fortalecimento da ideologia dominante e toda exceção à essa regra era considerada anormal.

A exclusão das famílias das classes subalternas se acentuava e as ações sociais dirigidas a elas tinham ênfase no controle, ao invés da educação, pois se acreditava que faziam parte de uma raça biologicamente inferior, não havendo possibilidade de modificar o que estava geneticamente determinado.

Poster apud Soares (2001, p. 66) afirma que nas últimas décadas do século XIX houve um movimento da burguesia com o objetivo de moralizar e higienizar as classes operárias, propondo a limitação de horas de trabalho às mulheres e crianças para que tivessem um ambiente familiar mais “adequado”, ou seja, espelhado no modelo familiar burguês, além de relacionar-se com a questão da inserção da força de trabalho feminino no mercado. A mulher permanecendo em casa não ameaçaria o emprego dos homens.

A função do homem era a de prover economicamente pela família, através de seu trabalho; constituía-se então na autoridade maior. Da mulher esperava-se uma atuação restrita à casa, e a responsabilidade total de sua manutenção. Sua atenção estava voltada para o marido e os filhos. Estes últimos no mundo familiar burguês, adquiriram importância única. A relação afetiva se dava entre mãe e filho, havendo uma relação distanciada deste com o pai.

Para Ariés, essa nova condição resultou num conceito tirânico de família que destruiu a sociabilidade e privou a criança de liberdade, infligindo-lhe um confinamento com castigos severos

Em meados do século XX é que o padrão da família burguesa na Inglaterra foi assimilado pela classe trabalhadora, datando desse século a conquista da situação da infância. Legalmente, a criança só passa a ser considerada “pessoa” na segunda metade do século XX.

Analisando a trajetória da infância percebemos que existem acentuadas divergências sobre ela o que nos faz refletir que estamos longe de afirmar com segurança em qual período da história a criança sofreu mais violência. No entanto, diante do cenário atual da infância sabemos que apesar de todas as conquistas na área de defesa da infância e adolescência, ainda persistem diversas formas de violência contra esse segmento.

1.3 O MODELO BRASILEIRO DE INFÂNCIA E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO DESTINADAS A ESTE SEGMENTO

Ao analisar o modelo brasileiro de infância devemos considerar uma mescla de diferenças culturais em nossa formação: a indígena, a européia e a africana.

Nas comunidades indígenas, os núcleos familiares eram extensos e abrigava-se um grande número de pessoas de diferentes gerações em uma mesma cabana. Uma característica dessas comunidades é a existência de ritos que assinalavam as diferentes etapas da vida. A criança era considerada diferente do adulto e para adentrar no mundo destes, devia submeter-se a rituais de passagem.

Para os europeus que chegaram ao Brasil, a população indígena era considerada primitiva e necessitava ser civilizada. A princípio empregou-se a força física na tentativa de atingir tal objetivo. Depois, com a chegada dos jesuítas, foram criadas as primeiras escolas destinadas à população indígena, em especial às crianças. Pensava-se que a separação das crianças indígenas dos seus pais, as afastaria dos costumes e

tradições de seus antepassados. O mesmo pode-se dizer com relação às crianças negras vindas da África.

Assim, na perspectiva de oferecer educação aos filhos de índios de acordo com os preceitos europeus, os jesuítas criaram as primeiras casas de recolhimento de crianças no Brasil. Nessas casas, as crianças recebiam, além de evangelização, castigos severos, pois acreditava-se que só o trabalho árduo poderia garantir o céu, e aqueles que se desviassem desse caminho deveriam ser castigados. Apesar do grande empenho dos jesuítas em civilizar as crianças indígenas, a cultura indígena em parte resistiu e se fez presente na formação da cultura nacional.

Com relação às crianças negras vindas da África com seus pais escravos, seu número era reduzido, uma vez que até atingirem idade para o trabalho, representavam despesas para seu proprietário. Em virtude do custo, os senhores de escravos procuravam evitar o nascimento de crianças negras, através da imposição da prática do aborto ou da matança após o nascimento. Às crianças negras que conseguiam resistir a esse processo de eliminação, eram reservadas as mesmas condições de vida impostas aos seus pais. Desde cedo as crianças eram inseridas ao trabalho e também eram utilizadas como brinquedo dos filhos dos senhores de escravos e sofriam castigos físicos que o pequeno senhor rotineiramente impunha .

Essa prática nos revela a iniciação precoce para o exercício da violência, assim como sua reprodução, pois, ao torturar seu pequeno escravo, o filho do senhor reproduzia a própria violência que sofria, já que a violência física, desde a colonização, era aceita socialmente, como forma de disciplinar criança. Havia um círculo vicioso de dominação, segundo o qual, alguém sempre deveria estar subjugado a alguém. A criança, seja ela branca ou negra, estava no final desta cadeia agressor/agredido, em que apenas à criança branca era permitida a inversão de papéis, sendo ora o agredido, ora o agressor.

Com a Lei do Ventre Livre, aprovada em 29 de setembro de 1871, ocorreram significativas mudanças para infância negra, embora o destino dos filhos de escravos ainda estivesse atrelado às escolhas do senhor, que poderia mantê-los até os oito anos de idade e depois enviá-los para instituições, ou permanecer com eles até completarem vinte e um anos. Além dessas práticas mencionadas, eram comuns os senhores abandonarem os filhos de suas escravas em praças, ruas ou em portas de igrejas. No século XVIII, o aumento do número de crianças abandonadas, também relacionado a grande maioria com a pobreza, gerou a necessidade de se buscar uma solução para esta problemática. Criou-se então, em 1726, em Salvador, a primeira Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados, que posteriormente foi também instalada em outras cidades.

A Roda dos Expostos correspondia a um mecanismo de forma cilíndrica, de origem européia, que era instalado no muro ou na janela de uma instituição. Na roda havia uma divisão interna e duas aberturas, em uma das quais deixava-se a criança abandonada, e girando-a, a criança ia para dentro, ao mesmo tempo que o toque de uma sineta avisava o vigilante da instituição que um bebê havia sido abandonado. Dessa forma, a identidade da pessoa que o abandonou era preservada. A pobreza, no entanto, não era a única causa do abandono na roda. Garantidos pelo anonimato, eram também colocados os filhos de pessoas influentes, que não se dispunham a assumir a paternidade. Assim, dispondo da roda, homens e mulheres passavam a contar com um apoio seguro às suas transgressões sexuais

Inicialmente as Rodas dos Expostos foram mantidas pelas Santas Casas de Misericórdias, que contavam com recursos financeiros das Câmaras dos municípios e também com a caridade da população. Embora o objetivo dessas rodas fosse garantir a sobrevivência das crianças abandonadas, era elevada a taxa de mortalidade infantil principalmente pela pobreza das suas instalações e meios de manutenção. As Rodas tornaram-se verdadeiros focos de mortalidade infantil. A roda não apenas favorecia a

mortalidade das crianças com a precária atenção que lhes davam, como também incitava a irresponsabilidade dos pais, permitindo-lhes ocultar da sociedade que os filhos morriam por falta de cuidados, uma vez que muitos dos expostos deixados na roda, já estavam mortos.

As crianças abandonadas que sobreviviam a essas situações eram enviadas para famílias que as criavam em troca de alguma remuneração ou incentivo oferecido pelo Estado.

Já no final do século XIX e início do século XX, as mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas nesse período (abolição da escravatura, migração para os centros urbanos, processo de industrialização e o agravamento da questão social), contribuíram ainda mais para um significativo aumento do número de crianças e adolescentes abandonados e em situação de miséria.

Sob a influência dos países da Europa, no Brasil, o fenômeno do abandono e exposição de bebês passou a não ser mais tolerado, pressionando os governos e a sociedade a criar instituições e políticas públicas para enfrentar essa questão. Foram criados asilos e educandários, cujo objetivo principal era a capacitação profissional das crianças com a intenção de tirá-las da ociosidade e incluí-las no mundo do trabalho. Essa prática encontrava seus fundamentos na ideologia da época que apregoava como necessários o controle e a domesticação das “classes perigosas”, prevenindo assim, o crime, a ociosidade, a prostituição e a mendicância, além de se verificar o interesse do Estado com o valor mercantil que a criança passou a adquirir.

O Brasil foi o último país a extinguir a Roda dos Expostos que foi mantida até meados da década de 50. Somente após intensas batalhas sociais e pressões internacionais é que houve a sua extinção. As campanhas para a abolição da Roda foram fundamentadas nas teorias evolucionistas, partindo primeiramente dos higienistas, em

decorrência, principalmente, dos altos índices de mortalidade dentro das casas dos expostos.

O Estado passou a ser pressionado a assumir o seu papel de responsável pela assistência e proteção à criança carente e assim, embora tardiamente, a infância passou a fazer parte das preocupações sociais.

Nesse período aparece a palavra “menor” no vocabulário jurídico brasileiro, palavra esta que passou a referir-se à criança em relação à situação de abandono e marginalidade, definindo também sua situação jurídica e civil.

Havia uma preocupação social em corrigir qualquer comportamento ou situação considerada desviantes. Nessa perspectiva, a internação de menores em instituições de correção era uma prática comum para se garantir a ordem, a tranquilidade e a segurança pública.

Influenciado por esse pensamento surge em 1927, o primeiro Código de Menores Brasileiro que responsabilizava o Estado pela recuperação daqueles considerados “menores criminosos e delinquentes”, incluindo entre esses tanto os adolescentes autores de atos infracionais, como crianças carentes e abandonadas- todos recebiam o mesmo tratamento, que baseava-se na sua internação em abrigos. O discurso era o de proteção das crianças do mundo hostil, mas na realidade o que se pretendia era proteger a sociedade da convivência com esses “menores”.

Conforme Rizzini apud Julião (2004, p. 32), existe uma oscilação entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa criança considerada uma ameaça à ordem pública. Nesse sentido, a assistência social à criança desamparada, assim como as ações voltadas aos chamados menores delinquentes, tinha um caráter de controle social.

Nas décadas subsequentes, várias foram as tentativas de entender e intervir na realidade da criança e adolescente carentes, sendo elaborados inúmeros projetos e criados legislações.

Em 1940 foi criado o SAM- Serviço de Assistência ao Menor. Nesse período foram criadas várias instituições abrigo que tinham como fim maior isolar os menores da sociedade, para depois educá-los para serem devolvidos regenerados e úteis ao convívio social. Foram criados centros de atendimento a esta população, e o enfoque correccional-repressivo, que via a criança como ameaça social, foi substituído pelo enfoque assistencialista. Na tentativa de superação do modelo tradicional de atendimento, ocorreu a abertura das instituições à comunidade, através da implementação de programas preventivos.

Em meados dos anos 60, o Estado intervém na questão da infância em novos moldes, criando a FUNABEM, cuja concepção estava baseada na reeducação da criança, não pautada somente na sua internação, mas no apoio à família e comunidade.

Essas medidas não foram suficientes para resolverem a situação da infância em risco e os problemas foram aumentando cada vez mais, surgindo movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Somente no início da década de 90, após intensa mobilização da sociedade foi promulgada uma nova legislação (Estatuto da Criança e do Adolescente) pertinente à infância e adolescência, inovando as formas de tratamento destinadas a este segmento. Essa nova legislação baseou-se em tendências internacionais, formuladas na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

Em seu preâmbulo, a convenção diz que:

Convencidos de que a família como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os membros e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente sua responsabilidade dentro da comunidade.

CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS DIFERENTES MODALIDADES DE MANIFESTAÇÕES - DESTACANDO A NEGLIGÊNCIA

Neste início de século, a humanidade encontra -se diante de profundas transformações que envolvem a vida econômica, política, social e cultural de forma contraditória. Em meio a descobertas científicas e avanços tecnológicos, estão presentes desigualdades sociais, conflitos e contradições que influenciam diretamente o comportamento das pessoas, e conseqüentemente, a vida em família, pois, a dinâmica interna da família ocorre no interior do processo de reprodução da sociedade. Dentre os inúmeros problemas que chamam a atenção nas sociedades contemporâneas, podemos afirmar que está o crescimento da violência, nas suas diversas modalidades.

A violência sempre existiu e num sentido amplo, ela acompanha a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos que se tem registro, sendo inumeráveis as modalidades pelas quais se expressa dentro das diferentes culturas. Não queremos com isso naturalizá-la ou banalizá-la, pelo contrário, queremos destacá-la como questão instigante merecedora de investigação para melhor compreensão do comportamento humano.

Da mesma forma, as vítimas freqüentemente se transformam em agressores, evidenciando a complexa trama de relações presentes nesse fenômeno.

Conforme Odalia (1985, p. 14) “[...] Uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais.”

Fraga (2002, p. 44) denominou de violência original essa violência relativa ao processo de luta pela sobrevivência, num grau de desenvolvimento histórico que não oferecia outras saídas e possibilidades de ação e relação. No caso da violência como a

conhecemos hoje, ele denominou de secundária, pois reúne características desestruturantes e desagregadoras. Para o autor, a violência é apenas uma das formas de manifestação da agressividade a qual se faz presente nas atitudes dos homens. A agressividade é condição necessária para a atividade humana, e pode ser canalizada tanto para um ato construtivo quanto para um ato destrutivo como a pura violência.

Quando nos referimos às sociedades complexas, a necessidade de violência para a sobrevivência humana frente ao desconhecido, ou seja, a violência original, perde sua forma natural de defesa e passa a ser decorrência da maneira pela qual o homem se organiza e organiza sua vida em sociedade.

Segundo Chauí (1985) a violência pode ser entendida como:

[...] A conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior, [...] A ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

No caso das sociedades ocidentais, temos o capitalismo como definidor do modelo societário, no qual encontramos fatores como o machismo, a discriminação racial, o adultocentrismo entre outros, que servem de sustentação para as atitudes humanas, não podendo por isso, desconsiderar uma reflexão.

2.1 AS DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para Minayo (2000), a violência não é uma forma de doença ou força que está fora de si. A violência nasce e se nutre dos problemas sociais e é nas representações e nos atos individuais e coletivos que ela se realiza.

É uma forma de relação social e está atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência.

A violência é também uma negação dos valores considerados universais: a liberdade, a igualdade e a vida.

Para alguns autores, as várias formas da violência podem ser consideradas como termômetros da dinâmica social.

No caso do Brasil especificamente, conforme expõe Velho (1996, p. 15-16):

[...] uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira, não é apenas a desigualdade social, mas o fato de esta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais.

Portanto, a violência estrutural inerente ao modo de produção das sociedades desiguais, em geral, e da sociedade capitalista em particular, não é a única forma de produzir vítimas. Ela pode ser considerada como desencadeante de outras formas de violência, mais específicas como a delinqüência, o crime, a institucionalização de menores, a existência de meninos vivendo na rua, que são conhecidas como violência urbana. Da violência estrutural também decorre a violência rural, ou seja, terras mal distribuídas, marginalização do trabalhador rural etc.

Além das violências referidas existe também aquela que ocorre dentro do âmbito familiar, envolvendo relações assimétricas de poder, que, aliado a fatores conjunturais e estruturais podem predispor e contribuir para a eclosão da violência no lar.

A criança e o adolescente são um segmento exposto basicamente a duas modalidades de violência:

- A vitimação - ou seja, a violência estrutural, como já descrito anteriormente, decorrente da desigualdade na distribuição de renda, ocasionando a perda dos direitos elementares como a saúde, educação, segurança etc;

Conforme Saffioti, (1989, p. 15)

A má distribuição de renda gera a miséria, o que acaba por produzir vítimas, e aí, a vitimação... tratam-se de crianças vitimadas pela fome, por ausência de

abrigo ou por habitação precária, por falta de escolas, pela exposição a toda sorte de doenças, por inexistência de saneamento básico.

- A vitimização - violência democrática que ocorre no âmbito das relações interpessoais adulto -criança, com características hierárquicas, adultocêntricas e de coisificação da criança.

Ainda conforme Saffioti (1989, p. 15)

no que tange aos maus tratos, à negligência e aos abusos - a exploração sexual, sobretudo quando tais ocorrência têm lugar no seio da família, o agente agressor situa-se em todas as classes sociais vitimizando não apenas crianças pobres, mas também crianças de classe média e rica.

Considerando esses dois tipos de violência os quais a crianças e adolescentes estão expostos, observamos que não é somente na rua que uma criança está exposta a experiências traumáticas, já que as maiores ameaças ao bem -estar infantil podem estar dentro da própria casa, sob a forma de violência física, negligência, violência psicológica e sexual, independentemente do estado de pobreza enquanto violência estrutural.

A violência doméstica tem relação com a violência estrutural, mas tem outros determinantes que não apenas os estruturais. Segundo Azevedo & Guerra (1989) a violência doméstica é determinada por fatores sociais combinados a características individuais dos sujeitos, e num grande número de casos, estabelece –se o que chamamos de ciclo de violência.

Em nossa sociedade, a criança ainda faz parte da parcela da população mais vulnerável. É o elo mais fraco e exposto da cadeia social, permanecendo ainda muito presente no senso comum como sendo ser passivo e apenas receptor das ações dos adultos, que por sua vez, têm como papel a sua socialização.

O uso da força física é considerado ainda pela maioria como adequado para o disciplinamento das novas gerações, na perspectiva do adulto -sujeito e da criança-objeto, numa relação vertical/desigual de poder intergeracional, sendo defendido, legitimado e

reproduzido sob a alegação de que se trata de uma ação preventiva, de educação e saudável para o próprio bem da criança.

Podemos dizer que na família moderna existem alguns facilitadores da violência os quais citamos: conflitos de gênero e gerações e o conceito de família como instituição privada/intocada/sagrada, protegendo-a do controle social, assim, tudo o que acontece no lar “deve permanecer entre quatro paredes”.

A família é o espaço de expressão da autoridade do pai e em menor grau da mãe, no interior da qual, todos os componentes procuram, em determinados momentos, exercer o próprio poder, ou seja, impor a sua vontade aos demais, exercendo o chamado “pequeno poder”.

Este pequeno poder ao qual mencionamos permeia todas as relações sociais, revelando a desigualdade entre seus protagonistas.

Safiotti (1989:20) afirma que:

[...] A estrutura social oferece condições propícias à perpetuação do *estatus quo* em que o poder é macho, branco, rico e adulto e em que, por conseguinte, a síndrome do pequeno poder acomete pessoas não idealmente situadas em todas estas esferas

Portanto, o lar pode ser um local extremamente ameaçador para os fracos na distribuição de poder intrafamiliar.

A preservação institucional da família, tal como está, interessa à ordem burguesa, na medida em que permite a socialização dos mais fracos na obediência em troca de proteção (ou pseudo-proteção). Na família a criança aprende a submissão e a obediência.

São diversos os desencadeadores da violência doméstica: tensões decorrentes da falta de emprego, baixos salários, grande número de filhos, precárias condições de saúde, uso de drogas, alcoolismo, problemas psicológicos e psiquiátricos, história de abuso dos pais quando criança, etc.

Podemos afirmar que a violência doméstica, nas suas diversas modalidades, atinge crianças e adolescentes de todos os sexos, etnias, religiões, ignorando fronteiras econômicas entre as classes, perpassando todos os níveis, não sendo, portanto, característica de determinado segmento social.

A violência doméstica é um fenômeno multifacetado, transpõe os limites econômicos entre as classes sociais, cortando de forma vertical a sociedade. É “democrático”, envolve várias gerações, sendo portanto, cíclico e repetitivo, não sendo exclusivo da pobreza. O que ocorre é que nas famílias subalternizadas/marginalizadas, a violência fica mais aparente devido às próprias condições concretas de existência, aparecendo em maior número nas estatísticas pela própria posição em que se encontram estas famílias empobrecidas na pirâmide social.

O conceito de violência doméstica passou por muitas transformações e apenas no final do século XX, ao nível internacional, vem procurando incluir sob tal rubrica todas as formas de castigo corporal.

Pode ser definida como:

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que –sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO & GUERRA, 2001, p.12, MÓDULO 1A/B).

Em síntese, a violência doméstica é uma violência interpessoal, é um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis; é um processo de vitimização que as vezes pode se prolongar durante anos; é um processo de imposição de maus tratos à vítima, de usa completa objetualização e sujeição; é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente, enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança, sendo capaz de causar conseqüências devastadoras para as vítimas.

2.2 AS MODALIDADES E EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De forma geral, as diferentes modalidades e expressões da violência doméstica são caracterizadas como:

Violência Física - Pode ser caracterizada pelo emprego da força física contra a criança, não acidental, perpetrada por agente adulto, numa relação abuso-vitimização. Essa violência pode causar desde lesões leves e até a morte da vítima.(Violência Fatal). A violência física pode ser extremamente danosa para a vítima tanto no plano orgânico quanto no plano emocional. É sem dúvida a forma de violência cuja identificação se torna mais fácil (no plano orgânico), em virtude do dano que causa à vítima, além de ser aquela que menos sofre reprovação social, uma vez que em muitas sociedades como a nossa, por exemplo, a prática da violência como forma disciplinar é aceita como natural e está incorporada à cultura.

Através desta prática a criança aprende que é através da força física que os problemas podem ser resolvidos e com isso, ela assimila a idéia de que o tapa educa, podendo assumir futuramente o papel de agressor.

Segundo Miller (1990):

Os jornais estão constantemente nos dizendo que tem sido provado estatisticamente que a maioria das pessoas que agride fisicamente seus filhos, foram elas mesmas agredidas em sua própria infância. Esta informação não é totalmente correta: não deveria ser a maioria, mas todas [...] Esta afirmativa se aplica sem exceção, uma vez que é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto venha a atormentar um ser mais fraco de tal forma que lhe inflija um dano permanente. Ela aprendeu bem cedo que é correto e adequado dar às crianças proteção e orientação porque são pequenas e indefesas, sendo que este conhecimento armazenado em estágio precoce em sua mente e em seu corpo, permanecerá efetivo para o resto de sua vida (MILLER, 1990 apud AZEVEDO & GUERRA, 2001, p.17 - MÓDULO 3B).

Vale lembrar que o chamado “tapa disciplinador”, prática tão comumente usada, também é uma forma de violência física e em alguns países como a Suécia, Finlândia, Dinamarca Noruega entre outros, este tipo de violência vem reduzindo seu fluxo graças a

uma legislação que proíbe toda e qualquer forma de punição física contra crianças e adolescentes.

A violência física, conforme nos apontam as pesquisadoras Azevedo e Guerra tem caráter repetitivo, evidenciando a necessidade de uma intervenção consistente, visando impedir sua continuidade. De acordo com as referidas autoras, os estudos realizados por Kempe e Schmitt demonstram que em 35% dos casos de agressão física em que a criança retorna aos seus pais sem intervenção, a criança será seriamente agredida outra vez.

Muitos estudiosos sobre o assunto colocam que dentre as expressões de revanche provocadas pela violência física estão o parricídio, o matricídio ou o fratricídio, fechando o ciclo da violência.

Violência Sexual - Corresponde a uma das piores formas de agressão contra a criança e adolescente. Pode ser considerada como: todo jogo ou ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Incluem-se aqui o incesto e a exploração sexual, podendo ser com contato físico ou sem, com emprego de força física ou não.

Este tipo de violência mexe com o padrão e dinâmicas familiares, envolvendo punições e separações. Não é raro que a criança vitimizada sexualmente seja severamente castigada depois de relatar sua experiência para outros familiares, sendo considerada mentirosa, promotora de discórdia e/ ou até mesmo facilitadora e estimuladora da agressão.

As vítimas de violência sexual geralmente sentem medo, vergonha e culpa, além de sofrerem ameaças por parte do agressor para não revelarem o “segredo”. Isto contribui

para que a ocultação da ocorrência desses crimes ou seja, a manutenção do pacto do silêncio.

Além dos traumas psicológicos, como insônia, aversão a atividade ou contato sexual, uso de drogas entre outros, a violência sexual pode trazer para as vítimas uma série de problemas físicos como lacerações vaginais e anais, infecções, doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS, gravidez precoce (no caso de vítimas do sexo feminino), podendo levar até a vítima ao suicídio.

Violência Psicológica - É um tipo de violência de difícil identificação devido a sua sutileza e à falta de evidências imediatas. Também designada como tortura, é caracterizada pela interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, podendo ser observada sob a forma de rejeição, humilhação desrespeito, privação de amor etc., causando à criança sentimento de ansiedade, insegurança, nervosismo, temor de perder o amor dos pais etc.

Algumas expressões como: “você é burro”, “você não presta”, entre outras comumente usadas por adultos referindo-se a criança, são uma forma de violência psicológica.

Como consequência desse tipo de violência, a criança pode desenvolver tiques nervosos, dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar, gagueira, depressão, baixa auto-estima, comportamento de extrema agressividade ou timidez, medos exagerados entre outros problemas de comportamento destrutivo.

Negligência - Sabemos que para o pleno desenvolvimento de uma criança, é fundamental a proteção dos pais e a satisfação de necessidades básicas como alimentação, vestimenta, cuidados com a higiene pessoal e saúde, educação e afeto, entre outras. Quando os pais *deixam de atender adequadamente a tais necessidades, estão sendo negligentes com os seus filhos.*

A identificação desse tipo de violência, assim como acontece com a violência psicológica, é dificultada pelo fato de que nem sempre ela deixa marcas visíveis.

Nos Estados Unidos, hoje são notificadas intensamente as negligências, constituindo-se em 45% das agressões contra a infância nas estatísticas oficiais, segundo pesquisas bibliográficas. (ASSIS apud MINAYO, 2001).

Para compreender esse fenômeno é preciso relacioná-lo à família e ao contexto social em que esta vive, o qual pode ser fortalecedor ou esfacelador das suas possibilidades e potencialidades.

No nosso contexto, o grupo familiar é o principal foco responsável pela sobrevivência da criança, pela satisfação de suas necessidades físicas, sociais e emocionais. No entanto, a presença da violência em família vem levantar algumas questões, entre elas, as relações entre consangüinidade e afinidade.

A negligência doméstica é um tema controvertido, pois está intimamente relacionado com as condições estruturais da sociedade, que exclui grande camada da população das oportunidades de acesso ao conhecimento, à geração de renda e distribuição da riqueza.

Ao contrário das outras formas de violência doméstica, a negligência traz como característica o componente da passividade dos responsáveis diante da satisfação das necessidades básicas das crianças /e ou adolescentes. Ou seja, é caracterizada pela omissão, seja material ou afetiva.

Definir o fenômeno da negligência não é tarefa fácil, pois até mesmo em estudos científicos internacionais os autores não compartilham de uma definição em comum.

Segundo o Dicionário o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1995), negligência significa “desleixo, descuido, desatenção, menosprezo, preguiça, indolência”, palavras um tanto vago e com significado dependente de valores culturais e pessoais.

Alguns autores optam por não definir o fenômeno, partindo para o reconhecimento de situações de negligência, conforme as manifestações apresentadas pela criança. Essas observações dizem respeito ao processo de desenvolvimento e crescimento retardados, níveis diversos de desnutrição e enfermidades freqüentes.

Outros autores explicam a negligência colocando o comportamento dos pais como deliberado ou decorrente de falta de atenção. Nestes casos, a mulher é freqüentemente culpabilizada e colocada como a principal responsável pela ocorrência da negligência.

Recentemente o termo vem sendo ampliado para incorporar a chamada **supervisão perigosa**⁴.

De acordo com os estudos de Azevedo & Guerra (MÓDULO 1/AB, 2001) são cinco as modalidades de negligência:

- 1- Médica: acontece quando as necessidades de saúde de uma criança não estão sendo preenchidas;
- 2- Educacional: ocorre quando os pais ou responsáveis não providenciam o substrato necessário para a freqüência da criança na escola;
- 3- Higiênica: quando a criança vivencia precárias condições de higiene;
- 4- De supervisão: ocorre quando a criança é deixada sozinha ficando sujeita a riscos de vários tipos;
- 5- Físico: quando não há roupas adequadas para uso, quando a criança não recebe a alimentação suficiente. Nesse tipo de negligência, pode -se observar dois níveis - severo e moderado.

⁴ AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998. A supervisão perigosa, como o próprio nome diz, supervisão significa um olhar ampliado, a sugerir um domínio das relações pais-filhos, as necessárias tarefas protetivas de acompanhamento, controle, verificação das atividades infantis, bem como todos os indispensáveis cuidados no sentido de antecipar e neutralizar prováveis danos físicos, morais ou psicológicos ao desenvolvimento infanto-juvenil.

A negligência física pode ser:

Severa: observa-se que nos lares das crianças submetidas a estas práticas os alimentos nunca são providenciados; não há roupas limpas; o lixo se espalha pelo chão; há fezes e urina pela casa; não existe rotina para as crianças; são deixadas sós por muitos dias, podendo vir a falecer de inanição, de acidentes.

Moderada: nos lares das crianças submetidas a estas práticas, existem alimentos, estão cozidos mas com balanceamento errado; há sujeira nas casas mas sem as características do tipo anterior; há algumas roupas limpas; as crianças são deixadas sós por algumas horas; os pais ignoram por exemplo, um resfriado crônico, mas levam para o hospital para emergências.

Conforme uma abordagem empírico-analítica⁵, existem algumas pistas que podem ajudar a identificação da Negligência. São variáveis que interagem entre si, sendo portanto, a negligência, o resultado de diferentes configurações destas mesmas variáveis:

Indicadores físico da criança ou adolescente: padrão de crescimento deficiente; vestimenta inadequada ao clima; problemas físicos ou necessidades não atendidas; fadiga constante e pouca atenção.

Indicadores de comportamento da criança ou adolescente: comportamentos extremos (hiper ou hipoativo); assume responsabilidades de um adulto; comportamentos infantis ou depressivos, contínuas ausências ou atrasos à escola e consultas médicas.

Indicadores de características da família: apática e passiva; não parece se preocupar com a situação da criança; não busca resolver as necessidades de atenção da criança; baixa auto-estima; presença de uso de álcool e drogas; apresenta desleixo com a higiene e aparência pessoal; distanciamento social (vizinhança e da comunidade);

⁵ Esta abordagem privilegia uma determinada visão de ciência relacionada com a concepção de causalidade, que procura as causas dos fenômenos, a explicação dos fatos pelos condicionantes e os antecedentes que os geram. Este tipo de abordagem leva a uma compreensão estática da realidade, escondendo seu caráter conflitivo, dinâmico, histórico e provisório.

dificuldades quanto a utilização de uma rede de apoio formal ou informal em sua comunidade; experiências na infância que tenham incluído violência em suas diversas modalidades; famílias monoparentais ou em que há troca constante de parceiros; desconhecimentos quanto as necessidades infantis; desconhecimento do papel parental como um todo.

Crianças vítimas de negligência são afetadas não só na relação que estabelecem com os pais, mas também, acabam por construir uma concepção de mundo imprevisível e insegura.

Conforme pesquisa realizada por Pereira (2003, p. 144) a negligência muitas vezes pode aparecer associada a outras formas de violência como a física e a psicológica, sendo necessário, para sua avaliação, considerar dois critérios: a continuidade de sua ocorrência e a omissão por um responsável em ter deixado de satisfazer alguma necessidade da criança.

As conseqüências emocionais dessa forma de violência são percebidas a médio e longo prazos, sendo difícil sua identificação, podendo ocorrer distúrbios psicossomáticos, gastrintestinais crônicos e remitentes ou dores abdominais inespecíficas, repercussões psicoemocionais, como a ansiedade e a depressão, dificuldade de relacionamento e comportamento, manifestada por agressividade, timidez, isolamento social progressivo e distúrbios do sono e do apetite ou ainda problemas na esfera de atividades como, por exemplo, a baixa *performance* social e intelectual.

Conforme Dimenstein (2002, p. 40), a agressão com maior número de registros é um tipo de violência difícil de ser detectada por profissionais sem treinamento específico: a negligência e o abandono. Nesta categoria estão abrigados os casos que,

sem motivo compreensível como desinformação ou pobreza, os pais deixam de vacinar os filhos.⁶

De acordo com pesquisa A PONTA DO ICEBERG divulgada pelo LACRI- Laboratório de Estudos da Criança- USP- São Paulo, referente à Violência Doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes em todo o **Brasil de 1996 até o ano de 2003**, temos os seguintes dados:

Quadro 1: Síntese da violência doméstica notificada

Modalidade De VDCA	Incidência Pesquisada								Número de casos notificados
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Violência Física	525	1240	2804	2620	4330	6675	5721	6497	30.412
Violência Sexual	95	315	578	649	978	1723	1728	2599	8.665
Violência Psicológica	0	53	2105	893	1493	3893	2685	2952	14074
Negligencia	572	456	7148	2512	4205	7713	5798	8687	37.091
Violência Fatal	-	-	-	-	135	257	42	22	456
Total	1192	2064	12635	6674	11141	20261	15974	20757	90.698

Fonte: www.usp.br/ip/laboratorio/lacri

Quadro síntese de violência doméstica notificada – referente à incidência do fenômeno.

Esses dados foram coletados pelos alunos do Teelacri- são estudos realizados sob supervisão do Lacri, que vêm ocorrendo anualmente, envolvendo os alunos do curso de especialização em Violência Doméstica, tendo como objetivo desvelar as muitas faces da violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo Azevedo e Guerra em Pesquisa divulgada via Internet (www.usp.br/ip/laboratorios/lacri), o Brasil integra o grupo de países que não mantêm estatísticas oficiais sobre casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, não realizando também, estudos sistemáticos sobre sua incidência e prevalência. Não

⁶ Dados obtidos pelo autor junto ao governo fluminense que tornou obrigatória, em julho de 1999 a comunicação de casos de negligência, agressão física, abuso sexual e psicológico contra crianças e adolescentes.

basta pesquisar a incidência do fenômeno da violência, ou a violência denunciada. É preciso pesquisar também sobre a prevalência⁷, para que se possa ter uma idéia aproximada das dimensões da chamada cifra oculta, ou seja, os casos de violência não denunciados, que permanecem ocultos encobertos pelo “pacto do silêncio”

Segundo a literatura, os estudos relativos a Negligência- não vêm tendo a mesma atenção como a violência física e sexual. Os estudos a ela relativos são de cunho mais recentes, enfrentado dificuldades mesmo em sua conceituação. Sua definição por ser pouco clara, dificulta a imputação de causalidade em certas associações encontradas. A família que negligencia não raras vezes é também vítima de negligência pela miséria e falta de perspectiva de vida de seus familiares. Essa reflexão coloca governos e gestores como parte da responsabilidade dessa situação. Ressaltamos mais uma vez que não estamos caracterizando a negligência como forma de violência exclusiva das famílias pertencentes à camada da população empobrecida. Conforme falamos anteriormente, o que ocorre é que devido a grande desigualdade social que expõe à miséria a maioria da população, a visualização da ocorrência desse fenômeno é muito maior dentro dessa camada populacional do que naquela composta pela minoria privilegiada economicamente.

A negligência doméstica é um fenômeno cuja responsabilidade pela ocorrência é individual e no limite familiar; circunstanciado pelas chamadas “normas da comunidade”, ou seja, cabe a cada sociedade definir o que é um cuidado “adequado” ou não de crianças, embora se ressalte que a negligência coloca em risco o processo de crescimento e de desenvolvimento delas, processo este que ao lado de regras específicas correspondentes a cada sociedade, é regido por regras genéricas também válidas para

⁷ Segundo Azevedo e Guerra em pesquisa ponta do iceberg, prevalência é o número de casos que a população adulta reconhece haver sofrido na infância ou adolescência (Lopez, F. Sánchez).

todos os países do mundo; que traz conseqüências de ordem física e emocional para suas vítimas.

Os pais negligentes são geralmente adultos que apresentam deficiências importantes em suas funções parentais. Segundo Barudy 1997 apud Pereira (2003, p. 139), essas deficiências podem ser resultado de três dinâmicas: a biológica, a cultural e a contextual.

A biológica refere-se a uma perturbação no “*attachement*” ou seja, no apego, união ou vínculo entre adulto e criança, particularmente entre mãe e filho. No caso da cultural, a negligência situa-se na transmissão transgeracional dos comportamentos e modos adequados de cuidar dos filhos e a contextual, é provocada pela ausência ou insuficiência de recursos do meio onde está a família, isto é, pela pobreza e exclusão social.

A intervenção profissional nos casos de negligência diferencia -se por classes sociais, pois em famílias abastadas, quando há dificuldades para propiciar os cuidados necessários com a criança, há possibilidade de compra de serviços, intervenção terapêutica entre outros. Já nas classes populares, o acesso a essas medidas é difícil e porque não dizer impossível.

O fenômeno da negligência no Brasil merece ser estudado com mais profundidade de forma a permitir a caracterização de sua especificidade em nosso meio.

Estudar o fenômeno da negligência implica em colocar em discussão a polêmica acerca da distribuição de renda nas sociedades capitalistas avançadas, a distribuição de recursos na área social, aspectos que politicamente devem ser esquecidos.

Através do fenômeno da negligência, podem-se colocar a descoberto as desigualdades sociais e as de gênero.

“A lógica da quantidade é mais facilmente captável que a lógica da qualidade.”
(Demo, 1991, p. 8).

Por isso, precisamos estar atentos para não confundir a negligência de pais contra filhos com a falta de condições materiais das famílias, negligenciadas pelas desigualdades de classes, expostas à miséria, excluídas do acesso a bens, serviços e riquezas, abandonadas pela desinformação, alienação, isolamento, vítimas de uma sociedade egoísta e excludente.

Na sociedade capitalista, os segmentos sulbalternizados não são privados apenas do consumo de mercadorias, mas também, do conhecimento necessário para a compreensão da sociedade em que vivem.

“Se abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonados por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade” (BECKER, 1994, p. 63).

A literatura especializada na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes é unânime no reconhecimento da necessidade de notificação do fenômeno por profissionais de várias áreas, não deixando de apontar a enorme resistência destes para tornar realidade a notificação.

Os casos de violência de pais contra filhos o crime é de ação pública, independentemente de representação, pois o autor é o mesmo que teria o dever legal de proteger a criança e/ou adolescente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 13 diz que:

“Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar⁸ da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências”.

⁸ Os Conselhos tutelares são meios legais e institucionais para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes e representam o estabelecimento de novos parâmetros entre Estado e Sociedade no que se refere às ações em prol desse segmento da população. Esse novo reordenamento institucional é decorrente do princípio de descentralização e execução de políticas de atendimento à criança e ao adolescente. O Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente devem ter prioridade absoluta de atendimento, conforme está previsto no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), ocorre a sistematização dos anseios de todos que realmente desejam conferir prioridade à criança e ao adolescente. Ele é fruto de intensa mobilização social e do esgotamento das condições políticas que davam suporte ao período autoritário. O ECA vem concretizar um notável avanço democrático ao regulamentar as conquistas relativas aos direitos das crianças e adolescentes.

Entretanto a aprovação dessa lei não impede que diariamente crianças e adolescentes tenham seus direitos violados, entre outros motivos, em virtude da violência praticada dentro do lar.

Essa legislação em vigor lança um desafio para a família, para a sociedade e o Estado, impondo a todos o dever de prevenir a ocorrência de qualquer ameaça ou violação aos direitos das crianças e dos adolescentes.

O ECA é um marco, um avanço na luta em defesa da cidadania da infância e juventude. É o suporte legal que consolida o princípio da proteção integral, entendendo a criança e adolescente como sujeitos de direitos, cidadãos plenos e em condição peculiar de desenvolvimento.

Esta co-responsabilização da comunidade e do poder público na defesa e efetivação dos direitos previstos no ECA, deixa claro que, quando a família não estiver cumprindo sua função de provedora e formadora (ideologicamente constituída), ou seja, não estiver atendendo às expectativas da sociedade na qual está inserida, deverá ser

instrumentalizada de forma a resgatar sua capacidade de responder pelas suas crianças e adolescentes.

Quando a família passa a ser uma ameaça aos direitos básicos da criança, essa deve dispor de uma rede de atendimento visando complementar suas necessidades apresentadas. E quando as políticas públicas falham, torna-se difícil cessar com a violência e a negligência familiar.

Assim, a proteção e o cuidado não podem ser vistos como um atributo natural de todo e qualquer grupo familiar.

Romper a barreira de silêncio que envolve a comunidade, vizinhos, professores, e outros profissionais - a quebra do “pacto de silêncio”, que nada mais é do que a negligência, praticada por muitos, é uma forma de proteção à infância e de exercício da cidadania.

Por muitos anos a sociedade se recusou a reconhecer a profundidade do sofrimento causado a uma criança pela violência doméstica... Foi muito mais fácil dizer que tal evento não ocorreu por que, de outra forma, o mundo em que vivemos seria um lugar intolerável de injustiça, crime e sofrimento. (MASSON, J.M., LOST PRINCE)

CAPÍTULO III – A PESQUISA

3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA: O BERÇÁRIO DONA NINA

O Berçário Dona Nina é um dos departamentos assistenciais da Sociedade Espírita Legionárias do Bem. Também designada pela sigla SELB. Esta sociedade foi constituída em 30 de junho de 1966. Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no município de Franca, Estado de São Paulo.

A sociedade tem por finalidades estatutárias:

O estudo, prática e difusão do espiritismo em seu tríplice aspecto: filosófico, científico e religioso, para prestar assistência espiritual aos seres humanos e levá-los a vivenciar o evangelho de Jesus Cristo, de maneira voluntária, consciente e permanente;

Prestar assistência educacional, moral, espiritual e material gratuitas com o objetivo de promoção humana e social, dando prioridade à infância e juventude, sem distinção de raça, cor, nacionalidade ou religião.

A SELB está dividida nos seguintes departamentos assistenciais:

- Casa da sopa;
- Bazar permanente;
- Cursos de costura, bordado e pintura;
- Grupo de gestantes;
- Berçário-

O “Berçário Dona Nina”, fundado em abril de 1986 teve como objetivo inicial, prestar atendimento a crianças desnutridas. No entanto, observando os freqüentes problemas de saúde, conseqüentes de situações extremas de pobreza e falta de alimentos que vivem as famílias, a demanda pelos serviços prestados pelo Berçário tornou-se cada vez maior e este objetivo foi sendo ampliado. Atualmente o Berçário destina-se ao atendimento de vários problemas de saúde que atingem principalmente as crianças pequenas.

A faixa etária atendida abrange crianças de zero a três anos e onze meses, sendo o atendimento em regime residencial / abrigo, 24 horas, com capacidade para atender trinta crianças/mês.

O Berçário é o único recurso da cidade de Franca para tratamento de crianças convalescentes em regime residencial, atendendo também crianças de algumas cidades da região.

Franca sedia a 14ª região administrativa do Estado composta pelos seguintes municípios: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales de Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

As crianças atendidas no Berçário vêm de famílias empobrecidas e que muitas vezes não dispõem dos recursos e conhecimentos necessários ao seu tratamento. Essas crianças em sua maioria chegam a instituição com a saúde bastante comprometida, necessitando de cuidados especiais e tratamento intensivo.

Para o desenvolvimento e manutenção deste trabalho, o Berçário necessita de recursos de órgãos públicos, além da colaboração da comunidade em promoções mensais para angariar fundos, visto que as despesas com quadro de funcionários especializados na área da saúde e com medicamentos apresentam alto custo.

A administração da instituição é exercida por uma diretoria eleita a cada dois anos, composta por: um presidente, um vice, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, 1º Secretário, 2º secretário e os membros do conselho fiscal.

As atividades da diretoria referem-se à administração da instituição e a supervisão do trabalho desenvolvido no Berçário.

Além da diretoria, a SELB conta com 16 funcionários contratados e 2 cedidos pela prefeitura, além de alguns voluntários que atuam no tratamento das crianças ou no desenvolvimento de atividades recreativas.

Recursos humanos:

Função	Jornada semanal	Contrat.	Cedido	Por quem
1 A Social/Coord.	40 horas	X		
1 Enfermeira	30 horas		X	Prefeitura
1 Pediatra	2 horas		X	Prefeitura
3 Babás	36 horas 12x36	X		
1 Cozinheira	40 horas	X		
1 Faxineira	40 horas	X		
1 Serviços gerais	20 horas	X		
1 Contadora		X		
2 Fisioterapeutas				Voluntárias
8 Aux.enferm.	36 horas 12 x 36	X		

Recursos físicos (p. imagens do berçário)

BERÇÁRIO: Sala do serviço social, salão de visitas, sala para massagem, sala para reunião e bordado, cozinha, dispensa, banheiro, banheiro das funcionárias, lavanderia, consultório médico, banheiro das crianças, quarto amplo, quarto médio, quarto com banheiro, salão de atividades recreativas, parque.

CASA DA SOPA: Cozinha, banheiro, dispensa, salão de refeição.

CENTRO ESPÍRITA: Salão de costura, salão de reuniões, escritório, sala de bordado, dispensa, banheiro.

Objetivo geral:

Proporcionar a 30 crianças convalescentes, da cidade de Franca e /ou região, um atendimento global visando seu desenvolvimento bio-psico-social e o suprimento integral de suas necessidades, concebendo a criança como pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos, com necessidades e vontades peculiares e individuais.

Conforme artigo 7º do ECA

a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida, à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Objetivos específicos:

- Trabalhar a humanização do atendimento à criança e sua família, estruturando os vínculos afetivos para melhor efetivação do tratamento;
- Conhecer e estudar a realidade social da criança usuária e sua família, seu ambiente e inter – relação dos vários membros do grupo familiar;
- Esclarecer a equipe de trabalho quanto à dinâmica familiar visando favorecer sua relação com o usuário;
- Trabalhar junto à família no sentido de conscientização do papel de agente de cooperação no processo de recuperação da criança;
- Proporcionar através de um trabalho interdisciplinar condições para a avaliação continuada do desenvolvimento da criança, tendo em vista a saúde como um bem – estar maior, ou seja, a saúde física, mental e etc.

Operacionalização:

Para a internação no Berçário faz-se necessário um encaminhamento médico, somado ou não a encaminhamentos de outros órgãos como: conselho tutelar, apae, creches etc.

Ao solicitar a vaga na entidade, os pais ou responsável pela criança participam de uma entrevista com a assistente social, onde recebem informações sobre o funcionamento da entidade e seu objetivo e passam todas as informações sobre o histórico de saúde da criança.

Em seguida é feita uma triagem social, avaliação da criança e preenchimento de documentos contendo seus dados pessoais.

Durante o período em que a criança permanece no berçário, são realizados todos os exames pertinentes ao tratamento para sua completa recuperação.

O médico pediatra examina todas as crianças duas vezes por semana, acompanhando seu desenvolvimento, ganho de peso e estatura.

As crianças recebem alimentação baseada em cardápio preparado por nutricionista. Diariamente são oferecidas seis refeições, podendo variar este número conforme orientação médica.

O Berçário conta com uma rotina estruturada, porém flexível, possibilitando desenvolver um trabalho organizado, de qualidade e ao mesmo tempo desenvolvendo a confiança das crianças.

No período da manhã, as crianças permanecem no salão de atividades e tomam banho de sol. As crianças maiores realizam atividades pedagógicas em ambiente diferenciado e preparado com o objetivo de estimular sua curiosidade e interesse para o desenvolvimento de ações sócio-educativas após o almoço, retornam aos quartos onde dormem até às 14:30, horário em que recebem o lanche da tarde e o banho. Os intervalos entre a alimentação e a medicação são preenchidos com atividades de lazer e estimulação, contando com o trabalho voluntário de pessoas da comunidade, acompanhado diretamente por funcionários. Às 18:00 horas é servido o jantar, feita a higienização e posteriormente as crianças voltam a dormir.

A duração do tratamento depende da gravidade do problema apresentado, podendo variar muito . Para evitar a perda de vínculos familiares, existem as visitas dos pais às crianças que ocorrem 3 vezes por semana – segunda, quarta e sexta – feira, no horário das 16:00 às 17:00 horas.

Quando o quadro clínico da criança está estável, o pediatra autoriza a alta aos finais de semana, possibilitando que ela fique com sua família, retornando ao Berçário somente segunda –feira.

A alta definitiva depende de uma completa avaliação médica com exames de rotina para verificar as reais condições de saúde da criança. No ato da alta, os pais ou responsáveis assinam ao termo de desligamento.

Lembramos que durante todo o tratamento no Berçário a família é estimulada à participação na recuperação e cuidado com a criança e sempre que necessário é solicitada a sua presença para o acompanhamento da criança a exames, consultas com especialistas etc.

Serviço Social

O Serviço Social atua diretamente com as famílias e acompanha a recuperação das crianças. Busca fazer uma análise da realidade e da situação apresentada no seu contexto histórico e social, atuando na busca de soluções possíveis através de discussões com os envolvidos e interessados em resolver o problema, tendo sempre em mente o objetivo de promoção social e estímulo à cidadania⁹ participativa.

Todas as atividades com as famílias são voltadas para a continuidade do trabalho desenvolvido junto às crianças, participando os pais e promovendo a valorização do trabalho do Berçário.

⁹ Cidadania – é o conjunto de direitos e deveres da pessoa – não é uma concessão do Estado, mas uma conquista do povo. Os direitos nascem com o homem, que busca, no que poderíamos denominar “flecha da evolução”, o reconhecimento desses direitos pelo poder do Estado e, assim, os concretiza . (BICUDO, 1994; p 5).

Atividades:

- Triagem social - visa primeiramente estabelecer um contato entre família e o profissional de serviço social, na busca de proporcionar um vínculo de confiança . Na triagem é possível detectar diversos aspectos da vida familiar, sobre a problemática da criança, seu comportamento, hábitos, etc; . É realizada com os responsáveis pela criança por ocasião da internação;
- Visitas domiciliares - visam possibilitar ao profissional tomar conhecimento de outros aspectos não observados por ocasião da triagem. São realizadas a cada admissão e sempre que houver necessidade;
- Atendimentos individuais - têm como objetivo o esclarecimento de dúvidas aos familiares, orientações, etc;
- Contatos e encaminhamentos a recursos comunitários – o trabalho no Berçário é realizado concomitantemente com aqueles oferecidos em recursos da comunidade, visando suprir necessidades específicas de cada criança;
- Grupo de pais – as reuniões com o grupo de pais acontecem mensalmente, na última sexta – feira de cada mês, com duração aproximada de uma hora, contando com a presença de palestrantes para a exposição de assuntos escolhidos pelo grupo. O grupo de pais tem como objetivos: discutir a problemática da criança internada no berçário buscando a participação dos familiares no tratamento de forma efetiva e participativa e discutir assuntos de interesse e necessidade dos pais de forma a tornar esses momentos agradáveis e educativos;
- Trabalho administrativo – o serviço social é responsável pelos contatos com órgãos convenientes, coordena a montagem de plano de trabalho, projeto, relatórios, inscrição e alta dos usuários, controle de frequência de funcionários, reuniões, escala de trabalho, etc;

- Orientação pedagógica – concebendo a saúde como sinônimo de bem – estar geral, e tendo em vista que as crianças em tratamento no berçário permanecem grande parte do dia sob nossos cuidados, procuramos proporcionar às crianças momentos agradáveis buscando aliar saúde e educação. Assim, trabalhamos a estimulação através de atividades pedagógicas aplicadas pelas funcionárias que estão diretamente em contato com as crianças. Atividades: música, dança, parque, massa de modelar, desenho, brincadeira com espelho, teatro de fantoche, histórias infantis etc.;
- Supervisão de estágio- orientação teórico-prática de estagiário de serviço social: montagem de plano de estágio, relatórios, avaliações, reuniões de supervisores, participação de grupos de estudos, cursos, seminários, etc;
- Organização do voluntariado;
- Reuniões de funcionários – acontecem a cada bimestre, tendo duração aproximada de duas horas. Estas reuniões são momentos de reflexão sobre o trabalho diário e busca de soluções para possíveis problemas. O espaço da reunião de funcionários também é utilizado para troca de experiências profissionais e avaliação do trabalho;
- Contatos permanentes com órgãos como Conselhos Tutelares, Fóruns, Hospitais etc.

Atendimento médico pediatra:

Conta com a atuação de um médico pediatra 2 vezes por semana com plantão de uma hora. Tem como objetivo a promoção da saúde em seu aspecto preventivo e curativo, o encaminhamento a recursos de saúde da comunidade visando complementar o atendimento do Berçário, encaminhamentos para consultas, exames e internações em hospitais. São realizados exames periódicos, verificação de carteiras de vacinação,

tratamento de verminoses (com exames parasitológicos ao ingresso da criança e quando da intenção de alta).

Enfermagem:

Conta com profissionais da área da saúde (auxiliares de enfermagem) 24 horas por dia e uma enfermeira 6 horas diárias. Tem como objetivo auxiliar o tratamento da criança convalescente. No Berçário são feitas as medicações, aerosol, acompanhamento da nutrição e do desenvolvimento global da criança. A equipe de enfermagem mantém registros diários das observações feitas durante o plantão, de forma a possibilitar uma melhor intervenção.

Fisioterapia:

Conta com profissionais voluntários, que atuam durante a semana, em ordem de revezamento, realizando atividades de estimulação precoce com as crianças que apresentam atraso no desenvolvimento neuro-psico-motor, bem como orientação para pais e funcionários quanto ao desenvolvimento motor das crianças.

Recreação:

É desenvolvida por babás com o auxílio de voluntários e supervisão do serviço social. São programadas atividades diárias com o objetivo de estimular as crianças visando seu completo desenvolvimento. São propostas atividades com sucata, brinquedos sonoros, de encaixe, bolas, músicas e etc.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa seguimos os seguintes procedimentos:

Primeiramente solicitamos por escrito a autorização da diretoria da instituição para procedermos ao levantamento dos prontuários das crianças atendidas no Berçário desde o ano de 1999 até 2002, bem como o acesso aos documentos referentes à

instituição (estatuto, regimento interno, atas etc) e posterior contato com os sujeitos selecionados para as entrevistas.

Iniciamos a consulta dos prontuários levantando os seguintes aspectos:

- a) Número de atendidos no ano;
- b) Problemas de saúde mais freqüentes que levaram à internação no Berçário;
- c) número de encaminhamentos feitos pelo Conselho Tutelar e/ou Fórum;
- d) Suspeita ou confirmação de negligência praticada pelos pais ou responsável observada durante ou anteriormente ao período de atendimento no Berçário;
- e) Número de crianças retiradas da família por ação do conselho tutelar e fórum.

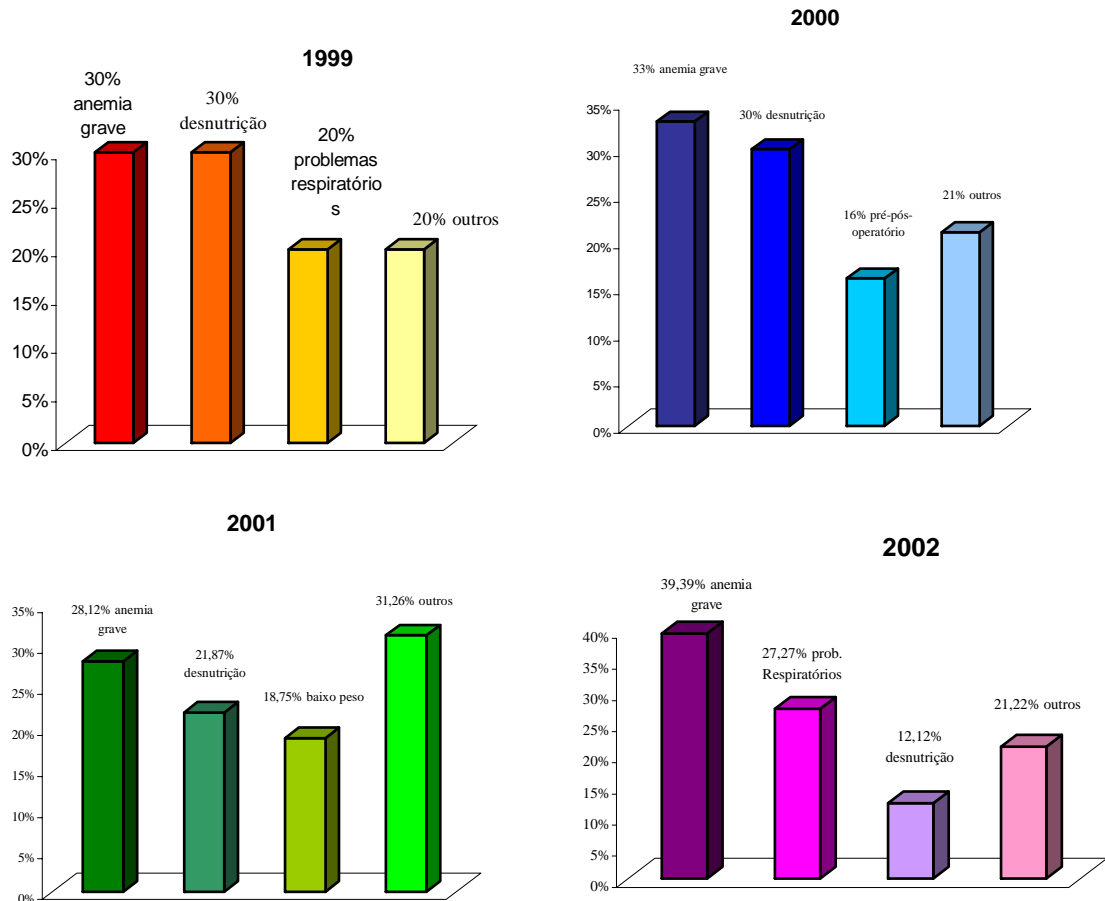
De posse desses dados, organizamos os seguintes quadros:

Quadro 2: Número de atendimentos conforme os anos pesquisados

Ano	1999	2000	2001	2002
Nº de atendimentos	30	30	32	33

Estes dados referem-se à quantidade total de crianças que foram atendidas no Berçário durante os referidos anos, sendo que esses números não foram muito superiores à capacidade máxima de atendimento institucional mensal, devido a gravidade dos casos então atendidos, que, sendo impossibilitada a alta médica em um período curto de tratamento, não tornou possível a abertura de vagas para o atendimento de novos casos.

Quadro 3: Quadro representativo dos problemas de saúde mais frequentes entre as crianças atendidas no Berçário, conforme respectivos anos



Estes dados revelam que em grande parte os motivos que levaram as crianças a internação no Berçário estavam relacionados a problemas de ordem nutricional, ou seja, de falta de alimentação ou devido a alimentação inadequada, que por sua vez, são responsáveis por gerarem outros problemas de saúde, além de retardarem o desenvolvimento normal da criança.

Podemos afirmar que este dado vem revelar e comprovar as precárias condições sócio-econômicas e também culturais das famílias atendidas pela instituição. Nosso contato direto com essas famílias nos permite analisar a presença de precárias condições culturais, pois mesmo nos lares onde existe a possibilidade de preparo de uma alimentação equilibrada, muitas vezes isso não ocorre, havendo até

mesmo o desperdício de alimentos que são preparados de forma incorreta ou em quantidades maiores do que o necessário.

Destacamos que muitas crianças apresentaram vários problemas de saúde associados, porém, para fim de registro, foi selecionado aquele de maior representação conforme o quadro de saúde apresentado por elas.

Quadro 4: Quadro representativo dos encaminhamentos para o Berçário feitos pelo Conselho Tutelar e/ou Fórum

Ano	1999	2000	2001	2002
Enc. Conselho Tutelar e/ou Fórum	70%	60%	40,62%	69,69%
Encaminhamento feito por outros órgãos (hospitais, UBS, etc)	30%	40%	59,38%	30,31%
Total	100%	100%	100%	100%

Através destes dados podemos observar que o número de encaminhamentos de crianças para o Berçário, feitos pelos órgãos de defesa da criança e do adolescente é bastante significativo, e isto se deve ao fato de que a maioria das crianças encaminhadas para a referida instituição apresentarem problemas de saúde somados a problemas de ordem social/familiar, havendo a necessidade da intervenção de órgãos como o Conselho Tutelar e o Fórum para o acompanhamento do tratamento da criança e observação da dinâmica familiar.

Embora o Conselho Tutelar e Fórum tenham sido responsáveis pela maioria dos encaminhamentos feitos para o Berçário nos referidos anos pesquisados, com exceção do ano de 2001, relembramos que o trabalho desenvolvido no Berçário destina-se ao atendimento de crianças convalescentes, não sendo portanto, local destinado ao abrigo de crianças vitimizadas, mas a falta de outro recurso institucional

destinado a este fim, e com as características necessárias para o atendimento da saúde da criança faz com que isso aconteça.

Quadro 5: Quadro representativo dos casos de suspeita ou confirmação de negligência praticadas pelos pais ou responsáveis (foram desconsideradas outras modalidades de violência doméstica)

Ano	1999	2000	2001	2002
Nº de crianças	08	09	10	18
Total	26,66 %	30%	31,25%	54,54%

Para esse levantamento consideramos situações tais como:

não procura por atendimento médico em situação de emergência, chegando a deixar a criança com febre alta durante vários dias sem procurar assistência.

falta de higiene, principalmente com relação a troca de fralda, causando na criança assadura extensa e até lesões na pele.

não cumprimento de orientações médicas como por exemplo, medicar a criança corretamente durante sua permanência em casa aos finais de semana. Lembramos que todo medicamento é fornecido à família gratuitamente.

não vacinar a criança .

falta de cuidado no que se refere a vestimenta da criança, muitas vezes apresentada em completa falta de higiene e inadequada com relação ao clima, etc.

Os resultados revelam dados significativos considerando que o Berçário não é uma instituição destinada ao atendimento de crianças vitimizadas e que os números apontam apenas uma pequena amostra da realidade vivenciada por muitas crianças.

O número de casos de negligência confirmados ou não apresentou aumento com o passar dos anos e acreditamos que isto talvez se deva a maior divulgação do problema, que embora ainda de forma muito tímida, começou a ser visto como parte integrante das preocupações que envolvem a infância em situação de risco; outro motivo talvez seja a possível melhora na atuação dos profissionais que atuam na defesa das crianças e adolescentes, possibilitando um diagnóstico mais eficaz desse tipo de violência que pode passar despercebida se não for observada com muita atenção e cautela.

Quadro 6: Quadro representativo dos casos em que a criança foi retirada de sua família de origem, com base no total de casos de suspeita ou confirmação de negligência

Ano	1999	2000	2001	2002
Nº de crianças retiradas da família	4	3	4	1
Total	50%	33,33%	40%	5,55%

Esses dados nos revelam uma situação interessante ao mesmo tempo contraditória se os analisarmos em comparação com o quadro anterior, pois demonstram que havendo aumento crescente no número de casos de suspeita ou confirmação de negligência com o passar dos anos, houve por outro lado, a diminuição dos casos de retirada da criança da família agressora.

Nossa análise da situação da infância vitimizada no Brasil, nos leva a acreditar que esses dados não demonstram que houve melhora nas condições de vida da criança dentro de seu lar o que justificaria a sua manutenção no seio de sua família, mas sim, que os inúmeros obstáculos enfrentados pelos órgãos de defesa da criança e do adolescente, destacando dentre eles a colocação de crianças maiores em famílias substitutas e a falta de equipamentos sociais para receber crianças vitimizadas e acompanhar suas famílias, sejam os possíveis motivos da ocorrência de tais números.

Após o levantamento quantitativo dos casos atendidos no Berçário nos anos de 1999 a 2002, prosseguimos nossa pesquisa realizando a seleção dos sujeitos a serem entrevistados por meio de entrevista semi-estruturada.

Entrevistamos **sete mulheres** selecionadas a partir da população de mães usuárias dos serviços do Berçário.

A escolha das mães para sujeito da pesquisa deveu-se ao fato de a participação masculina (pais) na instituição ser pouco significativa, sendo as mulheres/mães as principais e em alguns casos as únicas responsáveis pelo cuidado e criação dos filhos.

As mães que não puderam participar da pesquisa foram excluídas por motivos como: residência fora do município de Franca, dificuldade de horário para agendamento da entrevista, determinação judicial impedindo a entrada na instituição/contato com os filhos, entre outros. Não selecionamos os sujeitos tendo como critério a presença da negligência em sua família, portanto, nem todas as entrevistadas apresentam comportamento negligente.

Realizamos as entrevistas utilizando um roteiro semi-estruturado (anexo) fundamentado em nossos objetivos de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2003.

Nosso contato com as entrevistadas deu-se na própria instituição, no cotidiano das atividades do Berçário, quando já adiantamos sobre os objetivos da pesquisa e agendamos um horário para a realização da mesma de forma a não atrapalhar as atividades da entrevistada bem como nossa atividade na instituição.

Solicitamos o consentimento das entrevistadas para participarem do trabalho de pesquisa, bem como a autorização para a utilização do gravador.

Optamos por este recurso por possibilitar o acesso a todo material fornecido pelo entrevistado, o que seria dificultado se tivéssemos que anotar as falas, principalmente em se tratando do tipo de roteiro de entrevista escolhido para esta pesquisa.

As entrevistas ocorreram nas dependências do Berçário, em local reservado e livre de interrupções.

No início das entrevistas procuramos lembrar os objetivos de nossa pesquisa, garantindo o sigilo com relação à identificação dos sujeitos. Todas as entrevistadas assinaram uma declaração consentindo utilizarmos seu depoimento para fim de pesquisa científica.

As entrevistas duraram em média 45 minutos cada. Para a transcrição foram feitas algumas correções de pronúncia e a supressão de vícios de linguagem, sem contudo alterar a idéia transmitida pelos sujeitos.

A técnica utilizada nesse trabalho foi a análise de conteúdo, que segundo Minayo apud Soares (2001, p. 109), apresenta duas funções:

Uma se refere à **verificação de hipóteses e/ou questões**. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à **descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos**, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar [...].

Nos quadros abaixo caracterizamos os sujeitos de nossa pesquisa e em anexo existem mais dados a respeito das entrevistas.

Quadro 7: Características dos entrevistados (total =7 sujeitos)

Sujeitos	Idade	Est. Civil	Escolaridade	Profissão	Renda familiar	Filhos
1° Gl	30	Casada	5ª s. E. F.	Sapateira/ registrada	R\$ 630,00	7
2° LA	23	Solteira/ sozinha	1ª s. E. F.	Faxineira	R\$ 180,00 + R\$ 84,00 renda mínima ¹⁰	2
3° And	24	Solteira/ amasiada	8ª s. E. F.	Do lar	R\$ 450,00	4
4° Al	23	Solteira/ amasiada	4ª s. E. F.	Sapateira	R\$ 410,00	4
5° AM	21	Solteira/ amasiada	5ª s. E. F.	Sapateira	R\$ 270,00 + R\$ 84,00 renda mínima	3
6° Er	20	Solteira/ sozinha	3ª s. E. F.	Trab. Rural	R\$ 530,00	2
7° Ang	21	Solteira/ sozinha	8ª s. E. F.	Sapateira	R\$ 90,00 + R\$ 84,00 renda mínima	3

¹⁰ O Programa Renda Mínima é um programa assistencial do governo federal que fornece auxílio financeiro mensal de R\$ 84,00 a famílias de baixa renda, ou seja, famílias empobrecidas, sem trabalho ou com trabalho precário, cuja renda per capita é de até R\$ 35,00 mensais. Seu objetivo é o combate a fome e a pobreza, bem como o fortalecimento do sujeito social para a conquista de direitos. A condição de permanência no programa é a manutenção do filho em idade escolar na escola e a participação em atividades educativas propostas pelo programa. Esse auxílio financeiro pode ser usado para o pagamento de água e luz, alimentação e outros gêneros de primeira necessidade. (Informações obtidas junto a profissionais da Secretaria de Assistência e Participação Popular – Franca).

Sujeito	Idade que teve 1º filho/e se foi planejado	No. De hab. Na casa	Mais de um relac. Com filhos
1º	17 anos/não planejado	7	Sim
2º	19 anos/não planejado	3	Sim
3º	17 anos/ não planejado	8	Sim
4º	16 anos/ não planejado	6	Sim
5º	16 anos/não planejado	4	Sim
6º	17 anos/não planejado	7	Não
7º	18 anos/ planejado	4	Não

Obs: na coluna escolaridade, e.f. Corresponde a ensino fundamental.

O valor do salário mínimo fixado na época da pesquisa é de R\$ 240,00.

De acordo com o quadro apresentado, podemos observar que as mães entrevistadas pertencem à parcela da população menos favorecida da sociedade. Cinco delas exercem atividade informal e apenas uma trabalha com registro em carteira de trabalho o que demonstra a precariedade do trabalho em nossa sociedade, que conforme estudos sobre esse assunto, é muito mais acentuada quando referida ao trabalho feminino, que em geral, é visto como complementar ao trabalho do homem, justificando a baixa remuneração e a exclusão das garantias dos direitos trabalhistas.

A sociedade machista que determina esses critérios não percebe que essa desigualdade entre os sexos prejudica a renda familiar.

As entrevistadas têm entre 20 e 30 anos e apenas uma é casada legalmente, três são solteiras e estão amasiadas e as outras três são solteiros e estão sem parceiro. Cinco das entrevistadas tiveram mais de um relacionamento com filhos e todas as entrevistadas tiveram o primeiro filho ainda muito jovens, com idade entre 16 e 19 anos. Apenas uma planejou ter o primeiro filho.

A gravidez na adolescência e o não planejamento familiar são importantes fatores para a compreensão da ocorrência da negligência.

Quanto ao número de filhos, varia entre 2 a 7 filhos¹¹.

¹¹ Das sete mães entrevistadas, quatro engravidaram novamente após o período de realização das entrevistas.

O nível de escolaridade estende-se desde a 1ª série do ensino fundamental até a 8ª série. A renda familiar é de R\$ 401,71 em média, com valor do Salário Mínimo fixado em R\$ 240,00 na época da entrevista. Três entrevistadas recebem auxílio do governo através do Programa Renda Mínima.

Assim, cada família ganha de R\$ 174,00 a R\$ 630,00, somado o valor do benefício mencionado acima.

A composição atual das famílias é de 3 a 8 pessoas residentes na casa.

Sujeitos	Ordem que está o filho em tratamento no berçário
1º Gl	Sexto
2º LA	Os dois filhos estão no berçário
3º And	Quarto
4º Al	Quarto
5º AM	Segundo
6º Er	Os dois filhos estão no berçário
7º Ang	Terceiro

Após a transcrição de cada entrevista, realizamos diversas leituras sobre o material com o objetivo de identificar trechos cujos conteúdos estivessem relacionados aos temas abordados no roteiro da entrevista, pois não tínhamos categorias de análise previamente determinadas. Em seguida, analisamos cada entrevista com base nos trechos selecionados, retirando-os do texto para notação e redação de uma primeira análise.

A abordagem desse tema foi muito difícil, considerando-se que o mesmo envolve conceitos pré-estabelecidos e coloca em questão relações muito íntimas, que do ponto de vista emocional não devem ser exploradas.

Em seguida, elaboramos uma primeira redação sobre as diversas categorias de análise surgidas durante a coleta de dados. Essas categorias passaram por uma nova discussão e foram agrupadas conforme a semelhança dos conteúdos e a possibilidade de dar suporte a análise proposta para este estudo. Nossa intenção era estabelecer uma

quarta categoria que refletisse a questão da negligência, porém, a dificuldade para a abordagem dessa questão não nos permitiu a construção desta categoria, levando-nos a buscar compreender a negligência pela via das relações familiares. Dessa forma, passamos a apresentar as mesmas:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RELAÇÃO PAIS E FILHOS- VÍNCULO AFETIVO E RESPONSABILIDADE

“A família tem que ser entendida como um fato cultural, historicamente condicionado, que não se constitui a priori, como um lugar de felicidade” (MIOTO, 1997).

Christine Colange em seu livro (“Defina uma Família”, 1994) expõe que as famílias formam um emaranhado de composições, personagens em arranjos familiares cada vez mais inéditos, sendo difícil identificá-los e de nomear os parentescos adquiridos por afinidade.

Esta diversidade se deve às transformações na maneira de ver e pensar o mundo. Muitas revoluções aconteceram e acontecem na vida cotidiana das pessoas e elas influenciam a maneira de constituição do casal, bem como da célula familiar.

Atualmente são tantos os modelos de família existentes que se tornou impossível classificar e principalmente julgar os bons e os maus “planos de família”, cita a mesma autora.

Segundo Kaloustian & Ferrari (1994, p.14)

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilitam identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Portanto, a família nuclear, apesar de ainda considerada como modelo ideal e predominante em nossa sociedade, tem sido substituída por outras formas de organização familiar, fazendo um ir e vir na história, com arranjos e rearranjos, na tentativa de superação das dificuldades muitas delas relacionadas com a situação de pobreza e discriminação vivenciada por grande parcela da população.

A família brasileira apresenta mudanças significativas em todos os segmentos da população, mudanças essas decorrentes do processo de modernização da sociedade na segunda metade do século XX. Tal processo gerou um novo padrão demográfico na realidade brasileira.

Com base na análise da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - IBGE, realizada por Goldani, (1994) apud Miotto (1997, p. 118) e nos estudos realizados por Pereira (1995) podemos dizer que a família atual tem uma configuração marcada pelas seguintes características:

1. Número reduzido de filhos: a família brasileira entra nos anos noventa com uma média de 2,5 filhos, em contraposição aos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos, demonstrando uma queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras. Essa queda na taxa de fecundidade é uma tendência mundial, sendo mais acentuada nos países desenvolvidos. Para isso, tem contribuído a controvertida prática de esterilização em mulheres pobres, como recurso usado por organismos internacionais para diminuir a miséria no país.
2. As mulheres passam menos tempo de suas vidas em função da reprodução e cuidado com os filhos, que deixaram de ser a razão de viver delas, passando a ser apenas uma etapa de suas vidas.
3. Aumento da concepção em idade precoce- gravidez entre adolescentes.

4. Aumento da co-habitação e da união consensual. Esse aumento da taxa de co-habitação pode ser observado principalmente entre jovens com menos de trinta anos, não revelando tratar-se de um arranjo experimental e temporário. Como consequência, tem ocorrido um aumento no número de crianças nascidas fora do casamento convencional, que naturalmente serão criadas dentro de novos valores.
5. Este aspecto tem como consequência o fato de a co-habitação não ser mais considerada como sinal de pobreza. Paralelo ao aumento das uniões consensuais, houve avanço da união legal em contraposição à união religiosa.
6. Predomínio das famílias nucleares. Embora se registre queda desse tipo de organização familiar – em 1981 eram 81% das famílias eram nucleares, em 1989 essa porcentagem caiu para 79,5%.
7. Aumento significativo das famílias monoparentais, ou seja, famílias chefiadas por um dos cônjuges ou parceiros, sendo observada predominância das mulheres como chefes da casa. Essa situação influencia no padrão de vida das famílias, pois as mulheres têm uma sobrecarga de despesas domésticas as quais têm que enfrentar sozinhas, havendo uma precariedade das políticas públicas voltadas para elas, propiciando o surgimento de um fenômeno denominado de “feminilização da pobreza”, verificado em escala mundial, abrangendo também os países do Primeiro Mundo.

Vitale (2002, p. 48) refere-se ao trabalho de Barroso e Bruschini sobre esta nova forma de família, retratando a dura realidade da vida das mulheres que são chefes-de-família e também costumam ser mães-de-família, acumulando uma dupla responsabilidade ao assumir o cuidado da casa e dos filhos, juntamente com o sustento material de seus dependentes.

8. Aumento das famílias recompostas. Este fato é consequência do aumento das separações e dos divórcios que, por sua vez, levaram à transformação do caráter de vínculo entre homem e mulher, pois o casamento que tinha caráter eterno passou a ter o de temporalidade. O Brasil apresenta cerca de três milhões de descasados, número este com tendência a crescer em progressão geométrica

9. População proporcionalmente mais velha. O crescimento da população idosa está condicionada ao aumento da expectativa de vida média da população. Isto significa um aumento de encargos da família relacionado ao cuidado com o idoso e também o aumento da possibilidade de convivência maior entre as gerações.

10. Aumento de pessoas que vivem sozinhas.

Algumas dessas mudanças puderam ser detectadas, fazendo parte do cotidiano das mulheres por nós entrevistadas.

Nesta categoria observamos que a composição familiar das entrevistas reforça o que a literatura sobre a família relata, a presença de arranjos e rearranjos, formando uma diversidade de tipos de famílias, que muitas vezes são constituídas de acordo com a necessidade de sobrevivência.

Observemos dois relatos de uma mesma entrevistada, onde ela expõe duas situações de sua vida referentes a dois relacionamentos:

“[...] uma vez nós largamos, achei que dava conta, que arrumaria um serviço da noite para o dia e não consegui este serviço e então o Conselho Tutelar estava a ponto de tomar meus meninos, aí eu tive que voltar pra ele, porque ele tinha casa própria” (And).

“No dia 8 de fevereiro conheci meu atual marido, que também era um moço muito danado, mexia com drogas, roubava, traficava, era assim, impossível, mas como eu tava numa fase de extrema necessidade e estava muito isolada do mundo, pensei é este mesmo e apenas com dois meses de namoro, ele me chamou para amigar e como eu estava cansada de morar no que era dos outros, fui morar com ele” (And).

Outro dado relevante está relacionado ao início da formação familiar das entrevistadas, que apresenta como característica a fase da vida em que elas estavam, sendo esta a adolescência. Em alguns casos, o relacionamento com o parceiro era relativamente recente, sendo ainda pouco estreito o vínculo afetivo entre eles.

A gravidez precoce apresenta-se como característica marcante entre as entrevistadas, sendo determinante para o início da vida conjugal.

A falta de oportunidade de acesso e informações sobre métodos contraceptivos está bastante presente, mesmo com tantas campanhas de esclarecimento público, o que nos levou a observar a presença de eventual preconceito no trato de orientações sexuais.

Nos relatos a seguir as entrevistadas mencionam sobre sua falta de conhecimento a respeito da sua sexualidade e das conseqüências para suas vidas.

“Eu me perdi muito cedo. Não sabia de nada direito. Ela (mãe) sempre me criticando. Também nunca ensinou pá tá falando. Nunca sentou pá conversar como é que é direitinho”.(Gl)

“[...] nós achava que não fazia filho, aí minha irmã mais nova arrumou primeiro do que eu e eu achava que ia ficar para titia mesmo, aí, do nada para surpresa fiz exame e estava grávida” (Er)

“Aí, na primeira eu engravidei. Meu irmão me pôs pra fora de casa. Com 17anos, eu amiguei e fiquei 6 anos com ele” (And).

Conforme pesquisa realizada nessa área, a gravidez na adolescência pode trazer comprometimento para a vida futura da adolescente, sendo destacados três fatores importantes: o abandono da escola, empregos com baixa remuneração e o casamento, quando existir, instável.

Guimarães apud Jorge (2001, p. 66) considera que tanto a baixa escolaridade é fator de risco para a gravidez precoce, quanto esta é motivo para o abandono da escola, principalmente para quem já encontra-se com a escolaridade atrasada. Os depoimentos deixam claro essa situação.

“[...] pra mim tudo era brincadeira, não sabia das conseqüências. Com o passar do tempo é que fui vendo a burrada que eu fiz na vida, era pra mim estar estudando, era pra mim estar formada, ter um serviço bom e

olha hoje o estado que estou, tenho quatro filhos pra criar e sem nenhuma profissão” (Al).

“Se eu tivesse parado um pouquinho para pensar, escutado um pouquinho minha mãe, acho que eu não estaria sofrendo. Minha mãe falava: não faz isso, vá estudar. Eu estava na oitava série, mas joguei tudo pro alto e fui morar com ele. Acho que a responsabilidade é muito grande. Hoje não ta fácil criar um filho” (Ang).

“Até a minha mãe morrer eu fazia a primeira série no Pestalozzi lá no City Petrópolis e depois que ela morreu eu fui morar com uma amiga minha e aí matriculamos no supletivo do Cefam. Começamos a freqüentar as aulas mas depois larguei de mão e fui morar na rua.” (AM).

“O J eu tive de 17 para 18 anos, o E eu tive com 19 anos. Aí eu comecei a estudar, antes de me engravidar. Era a noite, mas como eu tinha que fazer a janta, ficava muito em cima da hora e eu fui desanimando. Aí, eu arrumei os meninos e não estudei mais” (Er.)

Na relação mãe e filhos aparecem como destaque às dificuldades relacionadas à criação dos filhos principalmente quando o pai está ausente, sendo enfatizados aspectos ligados à situação financeira, habitacional entre outros.

A maternidade aparece como conseqüência natural da vida sexual da mulher, independente de sua condição conjugal, financeira e emocional, não se fazendo presente o planejamento familiar.

Os diversos relacionamentos, mesmo sendo pouco duradouros aparecem ocupando lugar de destaque na vida das entrevistadas, em alguns casos em oposição ao lugar ocupado pelos filhos.

Reportamo-nos a exaustiva pesquisa histórica realizada por Elizabeth Badinter (1985), para compreendermos essa relação mãe e filhos. Segundo a pesquisadora “o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e como tal, incerto, frágil. Pode existir ou não, pode aparecer ou desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos”. Portanto, não é um sentimento que esteja inscrito na natureza feminina, ele depende em grande parte de um comportamento social variável, de acordo

com a época e os costumes. A extrema variedade desse sentimento pode ser constatada segundo a cultura, as ambições e as frustrações da mãe.

Ressalta ainda, que esse amor não existe em toda mulher como pretende fazer crer a moral burguesa, principalmente a partir do século XIX.

Alguns relatos ilustram essa questão.

“Filho é bom, mas o prejuízo é dobrado, principalmente a hora que vai crescendo e aí começa a pedir as coisas” (Er.)

“[...] eu não tinha cabeça, não tava nem aí. Fiquei grávida na rua, continuava grávida e na rua e quando fui ao médico, a minha bolsa já tinha rompido” (AM).

“Ele não foi planejado. Eu rejeitei a gravidez. [...] eu não queria ter, eu não queria, eu não queria de jeito nenhum. Eu queria assim, até tirar. Eu queria tirar, mas aí eu vi que tava crescendo, que tava tudo bem aí a gente vai pondo amor” (LA).

A mesma entrevistada expõe sobre seus sentimentos durante a gestação do filho

“Mas depois passando um tempo, eu já tava pá ganhá nenê, eu não tomava remédio certo, tinha que tomá vitamina, eu não comia, eu só vivia chorando, chorando. Era um sofrimento. Uma vontade de suicidar. Eu não concordava em ter a gravidez, porque eu achava que ia mudá muito a minha vida e não ia ser nada como era antes.[...] Tudo bem que eu erreí, mas não corri da responsabilidade. Podia muito bem fazer igual essas mães, pegar e dar para outro. Eu tava brigando, xingando, não aceitando, mas tava comigo” (LA).

Outro aspecto relevante, com base nos estudos de Badinter, trata-se da distinção entre maternidade e maternagem. A maternidade se estabelece como um fato exclusivamente biológico, diz respeito à procriação, já a maternagem se forja no universo relacional entre mãe e filho, se inscreve no âmbito socioafetivo da criação dos filhos. O desejo ou a necessidade de vivenciar a maternidade não implica necessariamente, o desejo de exercer a maternagem, sendo esta muitas vezes transferida integralmente a terceiros.

“Eu sou assim, não sou daquela mãe eu dá carinho toda hora. Eu não sei se é porque eu não tive muito carinho de mãe, não sei o que é carinho. Mas também bater eu não bato não. Judia não. As crianças não tem nada de mal, ficar judiando pra que?. Mas não sou daquelas mães que fica paparicando”(LA).

No que se refere à relação pai e filhos, nesta categoria aparecem conteúdos relacionados a ausência do pai na criação e vida dos filhos, ausência de vínculo afetivo entre eles, ficando a criação e educação dos filhos centralizada na figura materna o que é próprio da ideologia dominante que coloca a mulher como responsável pela casa e pelos filhos.

Assim como o amor materno é aprendido, o paterno também é, e sendo assim, a pouca convivência pode levar a menores oportunidades de desenvolver esse amor.

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho não é proporcional à contribuição masculina nas tarefas domésticas. Estes ainda apresentam forte resistência em realizar as atividades do lar, que na verdade, são responsabilidade de ambos os cônjuges e não somente da mulher.

Mesmo nas famílias onde há a presença masculina do pai, a relação e cuidado com os filhos permaneceram a cargo da mãe, sendo que a presença do pai na educação e cuidados com os filhos é tida apenas como uma ajuda e não como uma divisão igualitária de responsabilidades.

“Eu vejo que é só pra mim, né, porque ele não dá muita bola. Por isso que eu te falo, se eu e meus filho fosse morar sozinho, eu acho que dou conta sozinho, porque eu to com ele e ele não qué nem sabê. [...] qualquer coisinha ele faz pirraça e não quer oiá de jeito nenhum. Nem o mais novinho que não dá muito trabaio ele não óia” (G1).

E a mesma entrevistada continua:

“Ele pensa que não tem obrigação de ficar pensando, assim, igual eu penso que tem que comprar um leite, tem que comprar um pão, tem que comprar um arroz. Eu trabalho pá ajudá e ele não dá resultado”(G1).

É possível perceber nos depoimentos que não é efetiva a participação masculina pois o cuidado do pai com os filhos, na maioria das vezes, limita-se a pequenas tarefas, basicamente, quando a mulher está sem possibilidade de realizá-las.

No caso de ter havido separação entre o casal, o não relacionamento do pai com a mãe implicou também na sua separação e afastamento dos filhos bem como na desresponsabilização na manutenção dos mesmos.

Observemos os relatos a seguir:

“Eu falei pra ele que não precisava dele pra cuidar do filho não, porque mãe que quer ser mãe não precisa do homem para cuidar do filho. Fiquei cuidando dos meus três filhos, todos juntos comigo” (And).

“[...] às vezes ele trabalha, mas o dinheiro é só dele pra comprar drogas” (AM).

“[...] ele fala que não é obrigado a por as coisas dentro de casa” (GL).

“Ah! O pai deles é uma tranqueira, coitado dos meus filhos. O pai deles cheira tiner, não quer saber de nada, fuma pedra. A mãe dele já cansou de falar mas ele não conserta. Não vai ver os meninos, não liga e não dá um nada. Mas eu acho melhor assim, eu criar eles sozinha” (AM).

“Quando eu não tinha nada para comer eu vinha com os meninos pro Dermínio a pé do Tropical II, pra dá o que comer pros meninos. Ele não dava nada, era tudo pra bebida” (Al).

“[...] eu saí de casa eu estava com três meses de gravidez, foi onde eu fui para São José, aí nós separamos, mas nós conversa, não tem raiva um do outro, quando ele pode ele me ajuda” (Ang).

“A única coisa que eu pego dele é o leite. Ele manda uma caixa de leite para os meninos todo mês. Dinheiro e outras coisas eu não pego não, porque hoje eu não levo nada pra ele.” (Er).

Foi também observada referência a dificuldades para garantir o direito dos filhos relativo à Pensão Alimentícia, no caso de separação do casal.

“[...] ele tava ajudando com fralda, leite e só. Remédio não. Quando dava ele ajudava, aí, depois que eu fui procurar o Fórum, porque ele não tava ajudando muito, aí eu fui procurar o Fórum, aí veio a mulher dele e ele pos incêndio na minha casa” (LA).

“O pai das minhas meninas nunca pagou e nem vai pagar. Ele cansou de ir preso. Vai um da família e paga aí ele não continua pagando. Ele ta fugitivo” (Gl).

“Ele não trabalha, se eu for levar no Fórum ele vai preso. É muito cansativo para mim, muito humilhante” (And).

“Se ele fosse pagar pensão ia virar bagunça pois meus meninos têm muito medo dele, principalmente a B. Ela morre de medo dele. Não vou medir pensão mais não” (Al).

Os avós, bem como outras pessoas da família, aparecem como figuras importantes diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e também da monoparentalidade, apresentando-se como rede de apoio concreta. Essa relação de ajuda também se dá permeada de conflitos e contradições.

“Minha mãe me dá cesta básica e me ajuda na água e na força e agora eu to costurando sapato, desde a semana passada eu to costurando e minha mãe leva um bolo para as crianças, sempre que ela a pode vai lá ver eles, mas tá bom” (Ang).

“Minha mãe me ajuda muito. Quando eu posso eu dou para eles e se não posso eles entendem, eles não reclamam. Eles correm para o lado da minha mãe, eles chamam a minha mãe de mãe também. Eles têm duas mães” (Er).

“[...] quando eu tenho que ir trabalhar, eu pego meus dois filhos e deixo com a minha irmã, que ela não trabalha direto, é o marido dela que trabalha direto. Aí ela olha pra mim e eu dou cinco reais pra ela ficá e buscá pão pros menino dela porque tadinha, criança pequena também precisa” (LA).

A violência doméstica contra a mulher é outro dado que está presente na história dos relacionamentos das entrevistadas, aparecendo em alguns casos como forma de ameaça e de coação para a mulher não lutar por seus direitos como por exemplo a Pensão alimentícia dos filhos.

A violência contra a mulher pode ser explicada pelo fato de integrar à ideologia machista, predominante em nossa sociedade, a concepção de que o homem detém poderes sobre a esposa. Esta condição feminina pode ter sua origem na constituição da família patriarcal, onde o poder concentra-se nas mãos dos homens- sendo eles os proprietários absolutos de suas terras, escravos e família. Constituída por heranças do patriarcado, a família é o primeiro espaço das relações de gênero, que reforça a subalternização da mulher, podendo ocorrer em seu seio, à banalização da violência e sua aceitação como integrante da dinâmica familiar .

Muitas mulheres chegam a suportar maus tratos do marido por não poderem manter sozinhas os filhos e não desejarem abandoná-los.

“Teve um tempo que nós fomos pro Tropical. Lá nós ficamos longe da minha família. [...] ele trancava tudo, porque não queria deixar eu ver a minha família, principalmente a minha mãe. Ele trancava tudo daí ele falava assim, vou arrumar bastante filho em você pra você não largar de mim. [...] ele jogava os remédios fora, não deixava eu sair” (A1).

A mesma entrevistada relata:

“Ele batia a minha cabeça na parede. Quebrou aqui (apontou para o maxilar), as costas todas marcadas e os braços” (A1).

“Nós briga muito. [...] nós já brigou de sair no tapa. A última vez que nós brigou, ele me bateu lá fora e os vizinhos viu tudo” (GL).

“E mesmo grávida era uma surra atrás da outra. O motivo era a minha irmã que comia o que ele comprava. Uma vez fiquei duas semanas sem sair de casa porque ele machucou meus dois olhos, cortou a minha boca a ponto de não poder tomar água” (And).

E a mesma entrevistada continua:

“[...] vivia com os dentes bambos e os olhos inchados, mas como eu não tinha para onde ir, eu tinha que agüentar aquilo ali para o bem dos meus filhos. Ele brigava muito comigo, me batia, mi xingava, mas tratava meus filho muito bem. Então eu agüentava” (And).

CONDIÇÃO DE VIDA E DE TRABALHO

Uma das questões presentes nas entrevistas refere-se à condição de vida e trabalho das entrevistadas, sendo destacada a dupla jornada de trabalho da mulher, seu ingresso precoce no trabalho, a exploração de seu trabalho e a baixa remuneração, que em alguns casos não possibilita à mulher suprir as necessidades financeiras da família.

Conforme relatos a seguir, para muitas entrevistadas o ingresso no trabalho ocorreu ainda na infância, sendo executadas atividades de baixa remuneração, pouca qualificação, as quais algumas entrevistadas executam até hoje, vindo demonstrar dificuldades de perspectivas melhores para essas famílias.

“Eu comecei a costurar eu tinha seis anos [...] aí eu fui na Santa Luzia, arrumei um serviço de banca” (A1).

“[...] eu tinha oito anos e como eu não podia trabalhar fora, comecei a aprender a costurar sapatos com uma vizinha” (And).

“Eu tinha dez anos. Minha mãe arrumava faxina e eu ia no lugar dela. As vezes ela não podia ir e eu ia no lugar dela e até hoje eu vou” (Er).

“Com treze anos, lá no Leporace de babá e depois o segundo emprego foi com quinze anos. Eu trabalhava de doméstica” (AM).

A concentração das preocupações com a casa e os filhos na figura da mãe traz para a mulher uma sobrecarga de atividades, pois ela é levada a assumir vários papéis, inclusive em alguns casos o de chefe de família.

“As muié dá faxina porque elas sabem que eu tenho dois filho prá criá. Então elas me dá vinte, quinze. Pá dá os oitenta. Por que a água e a luz eu to com cartão que é do Renda mínima. Oitenta e quatro reais e dá pá pagá a água e a luz e pra comprar remédio, mas tem que economizar, porque senão não dá. E eu vou pegar um ano e dez meses e quando acabar, eu vou ter que me virar mais ainda” (LA).

Mesmo inserida no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, as mulheres não estão isentas das atividades domésticas de sua casa e com isso, acabam vivendo muitas vezes um cotidiano estressante e sem qualidade de vida.

No caso das mulheres que exercem atividade remunerada no espaço doméstico de sua casa o acúmulo de atividades é ainda maior, pois o trabalho remunerado e o doméstico misturam-se, sendo difícil separar o tempo destinado a cada um, tornando ainda mais extensa a jornada diária de trabalho, já que o seu rendimento é pago conforme a sua produtividade, como é o caso das mulheres que costuram sapato em casa.

Destacaremos alguns depoimentos das entrevistadas a respeito de sua rotina:

“Eu fazia tudo de uma vez só. Chegava na hora do almoço eu parava, ia fazer comida, arrumar as camas, arrumar os meninos e era tudo corrido. Era uma correria grande e quando acabava o almoço eu já começava no sapato. Quando algum menino chorava eu ia lá, parava um pouco e voltava” (A1).

“É assim, eu limpo a casa durante o dia, dou a janta pra eles e vou costurar. Fico até as quatro horas da manhã costurando. Eu costuro a noite porque quando eles dormem dá pra costurar direito. Eu vou dormir lá pelas cinco horas ou seis. Eu cuido deles durante o dia e

trabalho à noite. É melhor cuidar da casa durante o dia e à noite é muito mais tranqüilo quando eles dormem” (Ang).

“É assim, levanto cedo e antes de ir buscar o sapato eu já arrumo a casa. Chego do sapato arrumo o almoço, limpo o quintal, ponho o M pra dento e já vou costurar. Acabo o serviço, levo e depois dou banho nele e volto a costurar de novo. É uma correria o dia inteiro e eu pego serviço longe, lá no Leporace, mas tem que ir, fazer o que? E lavo a roupa no final de semana” (AM).

A execução do trabalho doméstico não dá à mulher o conceito de qualificação, que é exigido no trabalho remunerado, isso porque, não é considerada a aprendizagem recebida pela mulher durante toda a sua vida para vir a ser boa dona de casa.

A importância das mulheres na organização da vida doméstica é enfatizada por Fausto Neto (1982). Segundo essa autora, existe outro papel importante da mulher dentro da família de baixa renda, que se refere à manutenção e articulação das relações de troca materiais, serviços e favores com parentes, vizinhos e amigos.

A exploração do trabalho da mulher pelo homem também é outro aspecto observado nos depoimentos de algumas entrevistadas,

“Fiquei lá, fui sofrendo do mesmo jeito com a família dele. No começo era mais ou menos, mas depois ele começou beber, me deixando sozinha. Eu costurava a noite inteira e ele pegava o dinheiro e gastava tudo” (Al).

“Nesses seis anos foi um sofrimento porque ele não gostava de trabalhar. Eu trabalhava barriguda pá sustentá a casa”(And).

Por trás da naturalização da desigualdade entre os sexos encontra-se o forte interesse econômico, onde há a necessidade de manutenção de atitudes conservadoras em relação à mulher para a manutenção e desenvolvimento da vida moderna. Para dar continuidade ao processo de exploração da força de trabalho, a mulher continua sendo discriminada, havendo a desvalorização das tarefas por ela realizada, visando a manutenção de sua condição enquanto exército de reserva.

As pesquisas nessa área mostram que mesmo as mulheres apresentando grau de instrução maior do que os homens, elas permanecem com salários inferiores e submetidas a situações de vulnerabilidade maior além das precárias condições de trabalho.

HISTÓRIA FAMILIAR - NA INFÂNCIA E HOJE

Constam desta categoria, conteúdos relativos à história familiar das entrevistadas, sua vida em família na infância e hoje. Através da análise dos depoimentos, observamos que ocorre uma reprodução por parte das entrevistadas da história vivida pelos pais, destacando relações pouco duradouras e muitas delas com filhos, além da presença da infidelidade entre os cônjuges, uso excessivo de bebidas alcoólicas, enfim, problemas geradores de grande instabilidade familiar.

“A minha mãe tava doente e ele (pai) abandonou minha mãe. A mulher fica com homem quando tem saúde, quando ela fica doente o homem corre, que não quer nem saber de ajudar” (LA).

“Meu pai era garçom lá em Ribeirão. Minha mãe ficava em Patrocínio para cuidá de nós, só que ele mandava pouco dinheiro. Aí começou o rolo. Ela ficava com outro homem, aí meu pai descobria e batia nela. É uma confusão mesmo....” (Gl).

“Minha mãe veio embora e nós foi morar com a minha mãe. A minha mãe arrumou um homem pra morar com ela e acabou não dava muito certo. [...] Porque ele não aceitava nós. E não aceita até hoje. Só que ela já largou dele. Agora ela já, depois dele, já arrumou uns três. Aí foi bagunça assim.[...] Depois do meu pai, ela arrumou outro, mais outro e mais outro” (Gl).

A figura da mãe aparece em alguns casos como responsável pela “união” familiar, mas em outros aparece como responsável pelos conflitos, principalmente aqueles relacionados à convivência com as entrevistadas, sendo expressos por estas, sentimentos de mágoa e rejeição em decorrência desse convívio mãe-filha, afetando de forma direta seu comportamento hoje e relacionamento com os seus filhos. Essa atribuição dos problemas domésticos e familiares à mulher também é característica de nossa cultura,

que responsabiliza a mulher pela boa ou má administração do lar, ou seja, pelas alegrias e também desavenças, ficando, portanto, os problemas relativos à convivência familiar reforçado na relação com a mãe.

Destacaremos alguns depoimentos:

“Meu pai sempre foi bom pra nós, respeitou, deu educação, foi sempre rígido. A minha mãe sofreu muito, ficou doente na cama, e também foi muito boa pra nós. Enquanto ela tinha vida ela criava nós e depois que ela morreu cada um foi prum lado” (LA).

“Minha mãe foi mãe de sete (filhos), só que sobreviveu só seis e desses seis eu fui a excluída. Eu fui criada pela minha avó porque minha mãe nunca tinha tempo. Era só os outros... [...] Eu, minha mãe e meu pai não combina. Não combina nem um pouco mesmo, eu não dou certo com meu pai e não dou certo com minha mãe, não dou certo com meus irmãos, é só eu” (And).

“[...] um dia minha mãe, acho que ela tava assim, meio tonta, ela jogou minha roupa tudo pra fora e falou: não pode mais ficar aqui não. Aí ele (atual companheiro) me falou pra ir para a casa dele. Eu fui e estou lá até hoje” (Al).

“Uma vez minha menina tava muito doente e eu cheguei lá (casa da mãe) e ela falou assim, ce pode í embora. Tava muito frio naquela época e ela(filha) tava com pneumonia, mas ela pos eu pra fora de casa” (Gl).

“Minha mãe e meu pai separaram cedo, porque eles brigava muito. Aí nós foi morar com a minha tia, minha mãe foi embora para Campinas e meu pai foi para Ribeirão. Aí nós ficou morando com a minha tia.[...] Eu e meus irmãos nos nem conversa. Quando conversa é assim, na falta de educação. Chego lá, nem oi eles fala pra mim. Vai vê só eu e minha irmã mesmo e meus menino” (Gl).

Observamos que, no que se refere à figura do pai, a ausência dele ou o pouco convívio familiar, aparece nos relatos das entrevistadas.

“O meu pai comprava muita roupa boa pra mim e pros meus irmão também, mas depois que eles largou, aí acabou tudo” (Gl).

“No começo meu pai e minha mãe eram bem. Aí depois de uns dez anos que eles tavam juntos a minha mãe começou a beber, meu pai começou a sair e deixar nós sem nada dentro de casa. Minha mãe muito revoltada com isso, bebia muito. [...] Um dia ele levou uma mulher que tirou lá da zona e falou: essa aqui é que eu vou viver agora. Agora não quero mais saber de você” (Al).

“Nós conhece ele como pai porque minha mãe levou nós pra ver ele. Hoje nós estamos moços, então nós entende, mas convívio de um pai nós não tivemos não, só de mãe” (Er).

“Meu pai trabalhou vinte anos no Sândalo e nesse meio de tempo ele arrumou uma amante. Minha mãe descobriu, brigaram e ele foi embora com ela (amante) para São Paulo. E aí, ele arrumou um advogado e como minha mãe confia nele mesmo tendo sido traída por ele, ela continuava acreditando nele, ele mandou o advogado falar com minha mãe e pedir pra ela assinar alguns papéis que era tudo em comunhão de bens, para ele vender tudo e repartir. Minha mãe, muito inocente, não sei se inocente ou burrice, porque todo papel antes de assinar nós temos que ler, ela não leu, assinou. Passando três semanas o oficial de justiça chegou lá em casa com ordem de despejo. Aí minha mãe colocou nós tudo com a mudança num caminhão e fomos morar com nossos tios. Depois desse dia, meu pais vendeu tudo nós não pegamos nenhum centavo de nada” (And).

“Eu não tive muito relacionamento com eles(pais) não. Meu pai morreu quando eu tinha um ano e depois quando eu tinha dez anos foi minha mãe, mas o pouco que eu tive foi muito bom.[...] Depois da morte da minha mãe, meus irmãos aconteceram de tudo. O mais certo dali era eu e o M.[...] Meu irmão ficou tomando conta da gente, mas aí ele também morreu” (AM).

“Eu sou filha adotiva. Eu tinha dois meses quando minha mãe faleceu. Eu fui morar com uns tios meus, aí, tudo bem, e quando eu tava com 17 anos meu pai também morreu. Era uma família muito sofrida, nós morava em São José e depois que meu pai faleceu, nós viemos para Franca, aí eu vim morar com meus pais adotivos e hoje eu tenho o nome deles” (Ang).

Conhecendo a história das famílias observamos claramente a presença da reprodução de modelos familiares baseados na família de origem.

O depoimento de uma das mães reflete esta questão:

“Se o pai deles achar que deve mostrar outro caminho pra eles aí tudo muda, agora se o pai deles for continuar na mesma vida igual a meu pai, não vai virar nada. Eles vão crescer do mesmo jeito, do jeito de mim com meu pai” (Er).

Trata-se da reprodução das histórias da infância, estando presentes, por outro lado, depoimentos que destacam a idealização da família com base na família tradicional, a busca de afetividade e segurança. Embora os novos arranjos estejam cada vez mais presentes em nossa sociedade, a família nuclear, composta de pai, mãe e filhos, continua sendo vista como modelo ideal, permanecendo muito presente no imaginário das pessoas, bem com muitas convenções sociais.

“Nóis é casado no civil e na igreja. Nóis é casado direitinho. Eu gostava muito dele, aí depois tem muita dificuldade, sabe? Nunca tem ninguém pá ajudá a gente” (Gl).

“Eu queria ter a casa pintada, moveis bonitos, brinquedos para as crianças, é isso”(Ang)

“Acho que Deus me ouviu, pelo tanto que eu sofri nessa vida, acho que Deus me ouviu um pouco. [...] Nós nunca brigamos. Apesar que eu falava que não queria mais saber de homem em minha vida, porque eu já sofri demais, falava pra ele: você também é doido, pegar uma mulher com três filhos. E ele falou: eu não sou doido não. Eu quero morar com você. Eu achava que era brincadeira, ele me tratava igual uma moça que não tivesse filho nem nada.[...] Ele é um amor de pessoa, agora ele falou que se Deus quiser nós vamos casar. Nossa, eu tô sonhando com este negócio de casar. Minha irmã falou que vai arrumar o vestido, um colega dele falou que vai arrumar o terno. Meu Deus! Será que eu estou sonhando?” (Al).

“O pai do neném ta comigo, está trabalhando. Acho que tudo vai controlar agora, tudo vai consertar e os meninos adoram ele, chama ele de pai” (Ang).

“Quer dizer, uma família, pra se dizer uma família mesmo é o marido e os filhos. Minha família é só os meus filhos e as pessoas que eu gosto.[...] Toda mulher sonha com uma família, como todo mundo tem. Eu sonho ter um marido dedicado, carinhoso, um marido bom, que me ajudasse nas horas difíceis. Um marido rígido que me ajudasse a educar meus filhos [...] .Eu acho que eu nunca vou ter um marido, porque eu sou muito alterada e se eu não arrumar um homem do jeito que eu sonho, eu prefiro ficar sozinha” (LA).

“Ontem, um menino que brincava me falou:

hoje é semente do amanhã;

Para não ter medo, que esse tempo vai passar.

Não se desespere, nem para de sonhar.

Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs.

Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!

Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!

Nós podemos tudo, nós queremos mais.

Vamos lá fazer o que virá!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção com esse estudo foi a de introduzir algumas reflexões em torno do fenômeno da negligência no cotidiano das famílias atendidas no Berçário D. Nina.

Enquanto produção teórica a questão da violência tem sido de certa forma estudada, mas a negligência ainda não recebeu a importância como problema social merecedor de estudo com mais profundidade.

A literatura esclarece que a família não pode ser considerada senão na contingência de sua historicidade, ou seja, sua estrutura, relações de afeto e de poder, modificam-se de acordo com a dinâmica da sociedade, seus interesses e ideologia.

Buscamos nas relações familiares e sociais o caminho para a compreensão do comportamento negligente.

Essa forma de construção social e histórica ocorre na relação entre adulto e criança, pais e filhos. O cuidado, o amor e a responsabilidade presentes nesta relação, não são sentimentos universais.

As reflexões sobre o Mito do Amor Materno trazem a relação afetiva entre mãe e filho como uma conquista de afeição entre ambos e não como um sentimento natural e universal, presente em todas as mulheres. Acreditamos que o amor materno existe, mas não necessariamente e naturalmente em todas as mulheres. Compreendendo o amor materno dessa forma, é possível entender que a maternidade não garante o desejo ou a possibilidade de maternagem e para muitas mulheres gerar um filho acaba sendo um fato que acarreta obrigações cobradas pela sociedade, mais que um desejo individual. Considerando que o amor materno não está presente em todas as mulheres, talvez possamos explicar a presença da negligência de pais contra filhos.

A pesquisa realizada com as mães vem confirmar o que a literatura traz.

Vários fatores podem contribuir para a ocorrência da negligência doméstica contra a criança. A condição sócio-econômica desfavorável é um desses fatores, mas isoladamente não pode ser considerado determinante dessa forma de violência. Situações como instabilidade familiar, falta de relacionamento afetivo seja com os pais ou com um parceiro, com os filhos, a ausência de planejamento familiar, gravidez indesejada, se fizeram presentes nos depoimentos das entrevistadas apontando para alguns prejuízos no relacionamento e vínculo de amor com os filhos.

Toda história familiar é composta pelas vivências acumuladas pelos pais, que antes de gerarem seus filhos, estiveram envolvidos nas relações de suas próprias famílias adquiriram suas experiências de socialização que poderão ser transmitidas aos seus filhos existindo assim, a possibilidade de reprodução de valores.

O que vemos é a presença da reprodução de situações de vida, mesmo em alguns casos havendo a possibilidade de mudança, por fim, aquela forma de relacionamento vivenciado acaba se fazendo presente na relação mãe e filho.

Outro aspecto merecedor de reflexão está na responsabilização da família por todos os problemas que afetam o grupo familiar, retirando-se a questão do campo e da organização política. Esta concepção está fundamentada na ideologia liberal, na qual, produzir bem-estar e satisfação das necessidades sociais na família são responsabilidades individuais. E nesse contexto, a mulher é ainda mais prejudicada, pois mesmo exercendo atividade remunerada dentro ou fora de casa, e em muitos casos, sendo a responsável pela manutenção da família, esse papel historicamente atribuído a ela de cuidado com a casa e filhos permanece praticamente inalterado.

A capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos. As famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente

pressionadas pela política de governo que não assegura condições mínimas de sustentação, desencadeando situações geradoras de estresse familiar.

Assim, quando ocorre a negligência contra criança frequentemente se culpa a mulher e nesse sentido se desloca uma questão que tem um fundo social para o estrito plano individual e familiar. Ao se culpabilizar a mulher pela omissão de cuidados com o filho, está se reforçando a questão da desigualdade de gênero.

É preciso observar até que ponto um comportamento é negligente ou está profundamente associado à pobreza das condições de vida. Numa sociedade capitalista onde a opressão econômica impera, são muitas as dificuldades de se abordar este fenômeno, que pode trazer à tona esta mesma opressão. Portanto, **faz-se necessário desmistificar a questão da negligência, de forma a ampliar sua análise para além da concepção de descuido voluntário merecedor de punição.**

Diante de um cenário de pobreza crescente, vemos que as famílias utilizam novas estratégias para lidar com os problemas, acarretando em modificações dos referenciais de sociabilidade atualmente presentes entre as populações pobres. Assim, quando a família é colocada em situações adversas, fica longe de constituir-se em um local de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos.

Seria exigir demais das famílias pobres de nossa sociedade uma função de proteção às crianças e adolescentes sem lhes oferecer meios para isso.

Vemos que se faz urgente a criação de uma política social e de responsabilidade coletiva que assegure às famílias, os meios para uma boa socialização e os cuidados necessários ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

O Serviço Social precisa conhecer o real no seu movimento, aprender a construir mediações a partir da correlação de forças operantes na realidade. Intervir de modo singular. Não se deixar levar pelos valores do senso comum, mas olhar a família em sua totalidade e no contexto das relações sociais. Nesse sentido, tanto vítima quanto agressor

devem ser considerados, em sua maioria como vítimas de uma estrutura cultural, social e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. **VIII Telecurso de especialização em violência doméstica**. USP - SP – Módulos 1 A/B a 8 A/B - 2001.

_____. **Mania de bater**: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu, 2001.

_____. (orgs). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

_____. (orgs). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 2. ed . São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

AZEVEDO, M. A. **Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Disponível na home page do LACRI - USP/SP: <www.usp.br/ip/laboratórios/lacri> Acesso em julho, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, A. J. S., LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BECKER. M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: **Família brasileira**, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, p. 60-76, 1994. Cap.4.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASACA, C. M. Z. **Estatuto da Criança e do Adolescente: A Busca pela efetivação dos direitos infanto-juvenis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista – Unesp, Franca, 2001.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre a mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COLANGE, C. **Defina uma família!** Tradução de Mário Fondeli. Rio de Janeiro. RJ Rocco, 1994.

CURY, M. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CHINALI, Israild, Giacometti. **De volta ao lar? Trabalho feminino e globalização**. 1997. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

DIMENSTEIN, G. **O Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FAUSTO NETO, Ana Maria Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERREIRA, A B. de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.23, p, 44-58, julho, 2002.

FREIRE, P. Quem inaugura a violência não é o violentado, mas quem violenta. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, v.76, n. 01, p. 51-60, 10/02/82.

GUERRA, V. N. A. **Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação**. 1995. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____; SANTORO JR., AZEVEDO, M. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, II (1): São Paulo, 1992.

_____. Repensando a violência de pais contra filhos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 7, n. 22, p. 87-89, 10/12/86.

_____. **Violência de pais contra filho: a tragédia revisitada**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

HAGUETTE, T. M. F. A história de vida. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, p. 79 –85, 2000. Cap. VII.

JORGE, Maria H. P M. **Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX**. São Paulo: Atlas, 2001.

JOSÉ FILHO, Mario. **Família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista – Unesp-Franca, Franca, 1998.

JULIÃO, C. H. **O enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Município de Orlandia- SP: o papel do conselho tutelar**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca, 2004.

KALOUSTIAN (org). **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 1994.

LOPES, J. R. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 46, p. 5-20, 1994.

LUHKMANN, M. J. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MINAYO, M. C. S. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, p. 126–129, 2000. Cap. 3.

_____. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, 2001.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social - contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, 114-130, 1997.

MONTENEGRO, T. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDEC, 2001.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIVA, R. **A construção social da violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Trabalho de Conclusão de Curso, Franca: UNESP, 2001.

PEREIRA, E. V. **A política de atendimento à criança e ao Adolescente: “O Abrigo como espaço de Proteção”**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista, Franca: Unesp, 2003.

PEREIRA, P. A. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n 48, p. 103-114, 1995.

PINHEIRO, A. Elas apanham de pais que apanham da vida. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, v. 16, n. 173, p. 16-17, 10/5/94.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de. A. (org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

SALETTE, M. S. **Conselho tutelar: enfrentamento à violência física doméstica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca, 2001.

SAMPAIO, P. A. Para acabar com a violência. **Família Cristã**, São Paulo: Paulinas, v.61 n 709, p. 48-49, 10/01/95.

SERIACOPI, R. As marcas da violência. **Família Cristã**. São Paulo: Paulinas, v. 61, n. 715, p. 10/7/95.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, K. C.; LUJAN, L. F. **A violência doméstica contra criança e adolescente: um estudo realizado no município de Franca**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UNESP, 2002.

SOUZA P. A violência sem retoques. **Cultura Vozes**. Petrópolis: Vozes, v. 88, n. 5, p. 24-27, 10/10/94.

SOARES, ANA C. N. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, p. 09-25, 2002.

TRIVINOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ática, 1987.

VELHO, G., ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.

VITALE, M. A F. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, p. 45-62, 2002.

ZAGURY T. **Limites sem trauma**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WESTPHAL, M. F. (org) **Violência e criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

APOSTILA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONSELHOS TUTELARES E DE DIREITOS DE SANTA CATARINA-Violência Doméstica contra crianças e adolescentes – Ministrado pelo Centro Crescer sem violência- abril / 1999

ANEXOS



Foto 1: Fachada



Foto 2: Sala de visitas



FOTO 3: LAVANDERIA



Foto 4: Consultório Médico



Foto 5: Banheiro das crianças



Foto 6: Quarto amplo



Foto 7: Quarto Médio



Foto 8: Sala de recreação



Foto 9: Cozinha



Foto 10: Escritório



Foto 11: Banheiro dos funcionários



Foto 12: Área de lazer

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E ROTEIRO DE ENTREVISTA:

IDENTIFICAÇÃO:

1. NOME:
2. IDADE:
3. ESCOLARIDADE:
4. NÚMERO DE FILHOS:
5. ORDEM QUE ESTÁ O FILHO EM RECUPERAÇÃO NO BERÇÁRIO?
6. ORGANIZAÇÃO FAMILIAR/HABITANTES DA CASA
7. QUEM ESTÁ TRABALHANDO?
8. RENDA FAMILIAR

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. QUAL É A SUA CONDIÇÃO CIVIL? (SOLTEIRA -CASADA -AMASIADA - SEPARADA -VIÚVA)
2. TEVE MAIS DE UM RELACIONAMENTO COM FILHOS?
3. COM QUE IDADE COMEÇOU A TRABALHAR?
4. COM QUE IDADE TEVE O PRIMEIRO FILHO?
5. FOI PLANEJADO? COMO FOI?
6. COMO CONCILIA TRABALHO E MATERNIDADE?
7. COMO É A ROTINA DOMÉSTICA INCLUINDO O CUIDADO COM OS FILHOS?
8. COMO É O SEU COMPANHEIRO/ESPOSO NESSA ROTINA?
9. COMO VÊ A RESPONSABILIDADE DE CRIAÇÃO DOS FILHOS?
10. ACHA QUE PODERIA SER DIFERENTE? COMO?

11. COMO ERA A VIDA ANTES DOS FILHOS?

12. COMO FOI A SUA INFÂNCIA? O RELACIONAMENTO COM A FAMÍLIA?

13. E O FILHO QUE ESTÁ NO BERÇÁRIO? POR QUE ESTÁ AQUI?

UM POUCO MAIS SOBRE OS SUJEITOS ENTREVISTADOS:

1-GI- GI tem 30 anos, é casada e mãe de sete filhos. Teve uma infância difícil. O pai era garçon e trabalhava na cidade de Ribeirão Preto e a mãe não trabalhava fora, cuidava da casa e dos filhos. Os pais não mantinham bom relacionamento, principalmente sob o argumento de falta de dinheiro, pois o pai mandava valores insuficientes para o sustento da casa. A mãe mantinha relacionamentos extraconjugais o que levou a separação do casal quando GI ainda era criança, tinha cerca de 6 anos. Os pais de GI foram residir em outras cidades, deixando-a juntamente com os irmãos sob os cuidados de uma tia. A vida com a tia também não foi fácil, pois ela fazia diferença explícita no tratamento de seus filhos e dos sobrinhos.

Quando GI completou 12 anos, a mãe voltou para Franca e assumiu os filhos de volta, porém, logo amasiou-se com um homem que não aceitava a convivência com as crianças. GI relatou que sua mãe teve vários companheiros e inclusive teve filhos com eles, e que sua vida foi sempre uma “bagunça”. O relacionamento mãe e filha sempre foi complicado, não existindo amizade, nem compreensão, permanecendo do mesmo jeito até hoje.

Com relação ao pai, GI considera que tem bom relacionamento, embora tenha relatado que eles quase não mantêm contato. O pai de GI também teve outros relacionamentos, com filhos.

GI mantém bom relacionamento apenas com a irmã, que atualmente está com 17 anos.

GI estudou até a quinta série do ensino fundamental.

GI teve seu primeiro filho com 17 anos. Foi mãe solteira. Teve três filhos de relacionamentos que não deram certo. Depois casou-se com o atual companheiro, com quem teve mais quatro filhos. Apenas um dos filhos dos relacionamentos anteriores reside com GI, os outros dois residem com sua mãe. Somente um dos ex companheiros paga Pensão Alimentícia ao filho e nenhum mantém contato (visitas).

Gl reside com o marido e os filhos nos fundos da casa dos sogros. Gl não mantém bom relacionamento com o esposo. Brigam com frequência, havendo inclusive agressão física. Relatou que não gosta mais do esposo. Vive com ele porque ainda não teve condições de arcar sozinha com todas as despesas da casa.

Gl trabalha em fábrica de calçados e tem registro em carteira. O esposo também trabalha em fábrica de calçados, mas não tem registro. Gl disse que o esposo não preocupa-se com o bem estar dos filhos, não divide com ela o cuidado com eles, não compra os alimentos e as outras coisas necessárias para o sustento deles e ainda maltrata a filha que não é filha dele.

Como trabalha fora, Gl conta com uma ajudante para cuidar das crianças durante o dia, mas é ela (Gl) quem limpa a casa e prepara as refeições – o jantar – e deixa pronto para o almoço, que é servido às crianças pela ajudante.

O esposo não auxilia nos afazeres domésticos e cuidado com os filhos, pois vive de “pirraça” e “não olha nem o mais novinho, que não dá muito trabalho”.

Gl guarda muita mágoa do relacionamento que tem e teve com a mãe e considera que uma boa mãe é aquela que conversa e incentiva os filhos e que sempre ajuda no que for preciso.

2- LA- LA tem 23 anos, é solteira e mãe de dois filhos, frutos de relacionamentos diferentes. Perdeu a mãe quando tinha quinze anos e desde então precisou cuidar de si, pois a morte da mãe dividiu os irmãos “cada um foi prum lado”. LA tem forte vínculo com a irmã mais velha, que faz para ela o papel de mãe. Com os outros quatro irmãos não há contato.

O pai de LA é pedreiro e vive com outra mulher. Esse relacionamento data desde antes da morte da mãe de LA. O pai abandonou sua mãe quando ela ficou doente.

LA é semi analfabeta, pois estudou somente até a primeira série do ensino fundamental. trabalha de faxineira, sem registro em carteira e sem salário fixo. Recebe de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por faxina. Consegue pagar suas despesas porque participa do projeto Renda Mínima, recebendo R\$ 84,00. Conta também com a ajuda esporádica do pai. LA vive em casa de aluguel.

Teve o primeiro filho com 19 anos. Quando engravidou, o namorado não quis assumir a criança e o caso está na justiça - Pedido de investigação de paternidade. LA ficou muito revoltada e pensou em abortar, pois não desejava mudar sua vida.

Depois, LA envolveu-se com outro homem e engravidou do segundo filho, porém, descobriu que ele era casado e tinha outros filhos, mas mesmo assim, ele a apoiou, prestou o auxílio durante a gestação, assumiu a paternidade do filho e dá uma “ajuda” para o leite e a fralda da criança, mas não mantém relacionamento com o filho.

LA reside apenas com o filho mais novo, pois o mais velho vive sob os cuidados de uma amiga da família que cuida também de uma irmã de LA, desde a morte de sua mãe. LA tem certa dúvida quanto ao fato de deixar o filho sob os cuidados de outra pessoa, sente-se pressionada pelas pessoas que questionam sua atitude.

Quando sai para trabalhar, LA deixa o filho sob os cuidados da irmã e paga para ela R\$ 5,00 por dia.

LA sonha em ter uma família do tipo tradicional – pai, mãe e filhos- acha que assim que deve ser.

Considera-se uma boa mãe pois “não bate e não judia dos filhos” e acredita que não é muito atenciosa e carinhosa com eles porque não recebeu esses afetos de sua mãe.

3-And- And tem 24 anos, é solteira, amasiada e tem quatro filhos. Vem de uma família de seis irmãos e considera-se excluída do carinho e atenção dos pais. Foi criada pela avó,

que faleceu faz quatro anos. And nunca teve bom relacionamento com os pais, nem com seus irmãos.

Durante a sua infância, a mãe não trabalhava fora de casa, fazia alguns pequenos serviços de costura de enfeites em sapatos. O pai trabalhava de guarda noturno em fábrica de calçado. Sua renda era relativamente boa pois a família tinha condição de vida confortável. Possuíam bens como carros e terrenos, porém, o pai arrumou uma amante e foi morar com ela em São Paulo. Vendeu os bens e deixou a família desamparada. Ele teve outros dois filhos com essa mulher. Vivem juntos até hoje e os filhos desse relacionamento tiveram oportunidades muito melhores do que os demais filhos.

And não se conforma com a atitude do pai que mesmo tendo condições financeiras para ajudá-la e aos seus irmãos, não o faz.

And começou a trabalhar na costura manual de calçados com oito anos. Aos onze passou a trabalhar de doméstica e já trabalhou na roça- colheita de café. Atualmente é dona de casa.

And estudou até a oitava série do ensino fundamental e tinha um sonho: ser enfermeira, porém, como argumenta And “parou com os estudos e começou ingerir bebidas alcoólicas e a freqüentar salões de bailes”.

Com 17 anos, engravidou do primeiro filho e foi expulsa de casa pelo irmão.

And foi morar com o namorado e viveu com ele durante seis anos.

Foram anos de muito sofrimento. And trabalhou sozinha para sustentar a casa pois o companheiro “não gostava de trabalhar” e não a ajudava com nada. Neste período, engravidou novamente e teve seu segundo filho. O relacionamento terminou porque And descobriu que estava sendo traída e chegou a flagrar o companheiro com outra mulher dentro de sua casa.

And foi residir novamente com sua família, onde permaneceu por pouco tempo, pois logo amasiou-se com outro homem, pai de seu terceiro filho.

Viveram juntos durante um ano e depois separaram-se pois não tinham bom relacionamento. Ele era viciado em drogas e muito agressivo, inclusive agredia fisicamente com frequência And.

Terminando esse relacionamento, foi morar na casa da mãe de seu primeiro companheiro, porém, logo conheceu outro homem, seu atual companheiro e foi morar com ele.

And tem uma história de vida repleta de situações problema, chegando inclusive a passar pela criminalidade. Em um momento crítico de sua vida envolveu-se com tráfico de drogas justificando que era para poder sustentar os três filhos.

And não recebe Pensão Alimentícia dos pais de seus filhos e eles não mantêm contato com os filhos.

No início do relacionamento com o atual companheiro, And passou por muitos problemas. descobriu que o companheiro usava drogas, roubava e traficava. Sofreu freqüentes agressões físicas, inclusive durante a gestação de seu quarto filho. And não procurou ajuda porque tinha medo de ficar sozinha na rua com os quatro filhos. Nesse tempo, sua avó, pessoa com quem And mais contava, já havia falecido.

Atualmente o relacionamento do casal é bom.

O companheiro abandonou as drogas e trabalha como servente de pedreiro- trabalho autônomo. Fica fora de casa durante toda semana, pois está trabalhando em uma obra em outra cidade. And cuida da casa e dos filhos. Quando trabalhava fora, pagava à irmã de seu atual companheiro para cuidar dos filhos. Vivem em casa alugada.

O relacionamento com a família de origem continua difícil. Atualmente sua mãe e um dos irmãos residem em sua casa, e isso tem causado problemas para o casal. No entanto, And não tem coragem de mandá-los embora.

And considera-se uma boa mãe pois acredita que para isso não é necessário “dar de tudo aos filhos”, sendo o principal o carinho.

4- Al- Al tem 23 anos, é solteira, tem quatro filhos e atualmente está amasiada.

Al teve uma infância de sofrimento. Seus pais não mantinham bom relacionamento. O pai saía com prostitutas e a mãe, por sua vez, revoltada com essa situação começou a beber, ela não queria a separação. Quando eles se separaram, Al e os irmãos foram morar com a avó paterna e passaram muitas necessidades pois o pai não ajudava a sustentá-los. Ele trabalhava em fábrica, era chefe de sessão, e todo o seu salário era gasto com mulheres com quem ele se relacionava.

A mãe vivia bêbada.

Al começou a costurar calçado em casa com seis anos. Estudou até a quarta série do ensino fundamental e tem vontade de continuar os estudos para formar-se em Enfermagem.

Moraram com a avó paterna durante um tempo até que um dia o pai expulsou todos da casa de sua mãe e Al foi morar com a avó materna. Na casa da avó, Al sofreu discriminação de raça, pois a família de sua mãe é branca e ela não é.

Com 14 anos, Al começou a namorar e certo dia foi à casa desse namorado e por esse motivo sua mãe a expulsou de casa. Essa atitude de sua mãe deixou muita mágoa em Al.

Al ficou morando com o namorado. No início o relacionamento foi bom, mas com o passar do tempo, ele começou a beber e a explorar seu trabalho. Al costurava calçados em casa e “ele pegava o dinheiro e gastava tudo”.

Aos 16 anos Al engravidou e o relacionamento com o companheiro foi piorando. Ele não queria a criança, mas Al recusou-se a fazer o aborto.

Ele a maltratava, trancava as portas da casa para ela não conviver com ninguém e a agredia fisicamente e sexualmente. Al procurou ajuda na delegacia várias vezes, mas nada mudava sua vida de sofrimento e vitimização, pois o companheiro acabava levando-a de volta para casa. Ele trabalhava em fábrica de calçado e gastava todo o dinheiro em bebida, deixando a família passando fome.

Para acabar com esse sofrimento, Al fugiu de casa com os filhos. Ela teve três filhos desse relacionamento e hoje não mantém nenhum contato com ele. Não recebe Pensão Alimentícia e Al tem medo de procurar a justiça e submeter os filhos à presença do pai, sem a vontade deles.

Al foi morar com sua mãe e enfrentou muitos problemas de relacionamento com o irmão. Ele não a deixava entrar em casa com os filhos, “tinha que esperar minha mãe chegar para eu entrar”.

Nessa época, Al conheceu seu atual companheiro e em uma das brigas com a mãe e o irmão, a mãe expulsou-a novamente de casa e ela foi morar com ele.

O relacionamento com esse companheiro é bom, bem como o relacionamento dele com os filhos de Al . As crianças chamam-no de pai. Ele trabalhava em fábrica de calçados, mas recentemente foi demitido e está trabalhando na horta situada na chácara da família dele.

O casal reside em casa própria, pertencente à família do companheiro.

Al teve um filho desse relacionamento.

Atualmente está costurando sapato em casa e cuidando dos filhos. “É tudo corrido”.

O relacionamento familiar continua ruim. Al não vê o pai, não fala com o irmão, apenas com a irmã e procura conviver bem com a mãe, apesar de todas as brigas que já tiveram.

Para Al, para ser uma boa mãe é preciso estar presente em todos os momentos da vida dos filhos, saber de seus problemas e nunca abandoná-los, mesmo se for para passar fome.

5- AM- AM tem 21 anos, é solteira e atualmente está amasiada. Reside em casa própria, fruto de herança de família, sendo que a parte que lhe coube conta com apenas um cômodo.

AM teve pouco relacionamento com os pais, pois ambos faleceram quando ela ainda era muito nova. Quando o pai morreu AM tinha um ano e quando tinha dez anos perdeu a mãe.

A mãe de AM trabalhava na colheita do café e quando estava na entre-safra, trabalhava de doméstica para sustentar os seis filhos sozinha.

Após sua morte, AM e os irmãos ficaram sob os cuidados do irmão mais velho, porém, ele também faleceu cedo e a família se dividiu. AM foi morar com amigos e depois foi morar na rua. Seus irmãos envolveram-se com drogas, venderam quase tudo o que era da família para conseguirem drogas.

Quando ainda residia com o irmão, AM trabalhou como babá e depois de doméstica. “Depois meu irmão faleceu, e eu parei de trabalhar, descabecei.”

Foi na rua que AM conheceu o pai de seus dois filhos. Ele também morava na rua, não trabalhava e tinha vícios em drogas.

Quando tiveram o primeiro filho com 16 anos, AM ficou na casa da família de seu companheiro, porém ele continuou morando na rua, onde continua até hoje. AM teve com ele o seu segundo filho. Atualmente eles estão separados e AM já tem outro companheiro e está esperando um filho dele. Os filhos não têm nenhum contato com o pai e ele não os registrou e também não paga a Pensão Alimentícia. AM não pretende requerer os direitos dos filhos porque considera inútil, já que o ex-companheiro não trabalha.

AM trabalha em casa costurando sapato e também participa do Projeto Renda Mínima. Seu companheiro trabalha na roça e atualmente está na colheita do café.

O cuidado com a casa e os filhos é dividido com o atual companheiro

AM disse que o relacionamento do atual companheiro com seus filhos é muito bom e as crianças chamam-no de pai.

AM acredita que poderia ter uma vida melhor se não fossem as atitudes erradas dos irmãos.

AM não mantém muita convivência com os irmãos.

Segundo AM os filhos mudaram sua vida para melhor. Deixou de morar na rua e começou uma vida nova após o nascimento dos filhos, embora não tenham sido planejados.

Acredita que poderia ser melhor se tivesse melhor condição financeira.

AM considera que uma boa mãe precisa estar sempre junto com os filhos, e é o que ela procura fazer, mas não é boa mãe quando briga e bate neles e quando não consegue dar o que eles têm vontade.

6- Er- Er tem 20 anos, é solteira e atualmente está sozinha, pois seu companheiro está preso.(não questionamos o motivo). Er tem dois filhos e reside com eles, a mãe e as irmãs na casa que é de propriedade do companheiro.

Er e os irmãos foram criados pela mãe, pois o pai “vivia preso”, por isso, não tiveram relacionamento com ele. A mãe de Er sempre foi chefe da família e como seu companheiro estava preso, manteve relacionamento com outro homem e teve outros dois filhos dele, porém, eles não vivem juntos.

Para a mãe trabalhar (doméstica), Er e as irmãs ficavam em creche e depois que cresceram, passaram a ficar em casa cuidando dos irmãos pequenos e da casa.

Er estudou até a terceira série do ensino fundamental e começou a trabalhar com dez anos, de faxineira. Esporadicamente trabalha na roça, na colheita do café.

Engravidou quando tinha 17 anos. Na época o companheiro não estava preso. O segundo filho, Er ficou grávida com o companheiro na prisão. “hoje é tipo minha vida com a vida do meu pai e minha mãe, só tem convivência da mãe”.

Er é responsável sozinha pela criação dos filhos. O pai deles contribui com uma caixa de leite mensalmente. Quem realmente sustenta a casa é a mãe de Er.

O trabalho doméstico é dividido com as irmãs “quem chega mais cedo em casa termina o serviço”.

Er considera que o relacionamento com o companheiro é bom e espera constituir uma família quando ele sair da prisão.

Er tem bom relacionamento com a mãe e as irmãs.

Para Er, uma boa mãe é aquela que dá atenção aos filhos, amor e carinho.

7-Ang- Ang tem 21 anos, é solteira, tem três filhos e atualmente está sozinha. Perdeu a mãe quando ainda era bebê e foi criada pelos tios. Seu pai natural faleceu quando ela tinha 17 anos. Ang é a filha mais nova de cinco irmãos, com os quais mantém bom relacionamento.

Os “pais adotivos” (tios) conforme menciona Ang, atualmente estão aposentados, mas ambos trabalhavam. O tio trabalhava na EMDEF e a tia trabalhava na roça. Quando Ang era pequena, a tia costurava sapato em casa, para poder cuidar dos filhos. O relacionamento com os tios sempre foi bom.

Ang teve seu primeiro filho com 18 anos e planejou ficar grávida. Manteve relacionamento com esse companheiro por cerca de três anos. Teve três filhos com ele e quando moravam juntos o relacionamento era bom, porém “ele quis viver a vida dele, curtir a vida” e atualmente estão separados e ele “ajuda quando pode” na criação dos filhos. Ang não teve outros relacionamentos.

O ex-companheiro é autônomo e trabalha como pintor de residências. Ele não paga Pensão Alimentícia, visita os filhos com pouca frequência e não assumiu a paternidade da filha caçula. Ang entrou com processo pedindo Reconhecimento de Paternidade.

Para sustentar os filhos, Ang está trabalhando em casa na costura manual de sapato, participa do Projeto Renda Mínima e recebe ajuda de sua tia, que lhe fornece cesta básica e paga a conta da água e da energia elétrica. Ang reside em casa própria, cedida a ela pelo tio .

Ang estudou até a oitava série do ensino fundamental e acredita que poderia ter uma vida diferente se tivesse seguido os conselhos da tia, pois hoje ela tem três filhos e tem que criá-los sozinha.

Ang sonhava em ter uma casa organizada, pintada e bonita.

Para ela, uma boa mãe é aquela que dá carinho e atenção.